



SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO

2º SIMULADO ESPECIAL

SEFAZ RN

**Auditor Fiscal De Receitas Estaduais
Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEFAZ-RN**, cargo de **Auditor Fiscal de Receitas Estaduais**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/Ehadm4oen3TEzEMX8>

01 - A B C D E	31 - A B C D E	61 - A B C D E	91 - A B C D E	121 - A B C D E	151 - A B C D E	181 - A B C D E	211 - A B C D E
02 - A B C D E	32 - A B C D E	62 - A B C D E	92 - A B C D E	122 - A B C D E	152 - A B C D E	182 - A B C D E	212 - A B C D E
03 - A B C D E	33 - A B C D E	63 - A B C D E	93 - A B C D E	123 - A B C D E	153 - A B C D E	183 - A B C D E	213 - A B C D E
04 - A B C D E	34 - A B C D E	64 - A B C D E	94 - A B C D E	124 - A B C D E	154 - A B C D E	184 - A B C D E	214 - A B C D E
05 - A B C D E	35 - A B C D E	65 - A B C D E	95 - A B C D E	125 - A B C D E	155 - A B C D E	185 - A B C D E	215 - A B C D E
06 - A B C D E	36 - A B C D E	66 - A B C D E	96 - A B C D E	126 - A B C D E	156 - A B C D E	186 - A B C D E	216 - A B C D E
07 - A B C D E	37 - A B C D E	67 - A B C D E	97 - A B C D E	127 - A B C D E	157 - A B C D E	187 - A B C D E	217 - A B C D E
08 - A B C D E	38 - A B C D E	68 - A B C D E	98 - A B C D E	128 - A B C D E	158 - A B C D E	188 - A B C D E	218 - A B C D E
09 - A B C D E	39 - A B C D E	69 - A B C D E	99 - A B C D E	129 - A B C D E	159 - A B C D E	189 - A B C D E	219 - A B C D E
10 - A B C D E	40 - A B C D E	70 - A B C D E	100 - A B C D E	130 - A B C D E	160 - A B C D E	190 - A B C D E	220 - A B C D E
11 - A B C D E	41 - A B C D E	71 - A B C D E	101 - A B C D E	131 - A B C D E	161 - A B C D E	191 - A B C D E	221 - A B C D E
12 - A B C D E	42 - A B C D E	72 - A B C D E	102 - A B C D E	132 - A B C D E	162 - A B C D E	192 - A B C D E	222 - A B C D E
13 - A B C D E	43 - A B C D E	73 - A B C D E	103 - A B C D E	133 - A B C D E	163 - A B C D E	193 - A B C D E	223 - A B C D E
14 - A B C D E	44 - A B C D E	74 - A B C D E	104 - A B C D E	134 - A B C D E	164 - A B C D E	194 - A B C D E	224 - A B C D E
15 - A B C D E	45 - A B C D E	75 - A B C D E	105 - A B C D E	135 - A B C D E	165 - A B C D E	195 - A B C D E	225 - A B C D E
16 - A B C D E	46 - A B C D E	76 - A B C D E	106 - A B C D E	136 - A B C D E	166 - A B C D E	196 - A B C D E	226 - A B C D E
17 - A B C D E	47 - A B C D E	77 - A B C D E	107 - A B C D E	137 - A B C D E	167 - A B C D E	197 - A B C D E	227 - A B C D E
18 - A B C D E	48 - A B C D E	78 - A B C D E	108 - A B C D E	138 - A B C D E	168 - A B C D E	198 - A B C D E	228 - A B C D E
19 - A B C D E	49 - A B C D E	79 - A B C D E	109 - A B C D E	139 - A B C D E	169 - A B C D E	199 - A B C D E	229 - A B C D E
20 - A B C D E	50 - A B C D E	80 - A B C D E	110 - A B C D E	140 - A B C D E	170 - A B C D E	200 - A B C D E	230 - A B C D E
21 - A B C D E	51 - A B C D E	81 - A B C D E	111 - A B C D E	141 - A B C D E	171 - A B C D E	201 - A B C D E	231 - A B C D E
22 - A B C D E	52 - A B C D E	82 - A B C D E	112 - A B C D E	142 - A B C D E	172 - A B C D E	202 - A B C D E	232 - A B C D E
23 - A B C D E	53 - A B C D E	83 - A B C D E	113 - A B C D E	143 - A B C D E	173 - A B C D E	203 - A B C D E	233 - A B C D E
24 - A B C D E	54 - A B C D E	84 - A B C D E	114 - A B C D E	144 - A B C D E	174 - A B C D E	204 - A B C D E	234 - A B C D E
25 - A B C D E	55 - A B C D E	85 - A B C D E	115 - A B C D E	145 - A B C D E	175 - A B C D E	205 - A B C D E	235 - A B C D E
26 - A B C D E	56 - A B C D E	86 - A B C D E	116 - A B C D E	146 - A B C D E	176 - A B C D E	206 - A B C D E	236 - A B C D E
27 - A B C D E	57 - A B C D E	87 - A B C D E	117 - A B C D E	147 - A B C D E	177 - A B C D E	207 - A B C D E	237 - A B C D E
28 - A B C D E	58 - A B C D E	88 - A B C D E	118 - A B C D E	148 - A B C D E	178 - A B C D E	208 - A B C D E	238 - A B C D E
29 - A B C D E	59 - A B C D E	89 - A B C D E	119 - A B C D E	149 - A B C D E	179 - A B C D E	209 - A B C D E	239 - A B C D E
30 - A B C D E	60 - A B C D E	90 - A B C D E	120 - A B C D E	150 - A B C D E	180 - A B C D E	210 - A B C D E	240 - A B C D E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/rQso>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Felipe Luccas***TEXTO 01****A nova bomba demográfica**

A queda acelerada da fecundidade é uma das transformações estruturais mais profundas em curso no mundo, mas segue sendo abordada de forma marginal no debate econômico e político. Não se trata apenas de um fenômeno demográfico: é um choque previsível, permanente e de longo prazo, que exige planejamento, reformas antecipadas e escolhas difíceis. Justamente por isso, expõe com clareza a fragilidade dos países — como o Brasil — que sistematicamente falham em pensar além do curto prazo, adiando ajustes enquanto o tempo ainda permitiria transições menos custosas.

Durante décadas, prevaleceu a ilusão confortável de que o envelhecimento populacional era um problema dos países ricos, algo distante, a ser enfrentado “depois” do desenvolvimento. Essa narrativa ruiu. As taxas de fecundidade despencam rapidamente também em economias de renda média e em regiões ainda relativamente pobres, encurtando brutalmente o horizonte de adaptação. O resultado é um país que envelhece antes de enriquecer, sem ter resolvido seus problemas básicos de produtividade, educação e equilíbrio fiscal, e que, mais uma vez, reage tarde a uma tendência amplamente conhecida.

Um artigo recente da *The Economist* sintetiza bem a virada. Na Turquia, por exemplo, a taxa de fecundidade total caiu a 1,48 filho por mulher, muito abaixo da reposição (cerca de 2,1). A Colômbia, segundo estimativas discutidas no texto, pode já estar próxima de 1 filho por mulher, nível inferior ao de países tradicionalmente associados ao envelhecimento extremo, como o Japão. A Índia já se encontra abaixo da taxa de reposição e a China, que por décadas simbolizou o temor da “bomba populacional”, já vive um processo de contração demográfica.

O ponto central não é apenas o nível atingido, mas a velocidade da queda, que desafia modelos de projeção baseados na hipótese de que a fecundidade se estabiliza ou se recupera automaticamente quando cai demais. O pico da população mundial deve ocorrer muito antes e em patamar bem inferior ao projetado por cenários

tradicionais. Em vez de uma população mundial que cresce até o fim do século, torna-se plausível a estagnação já nas próximas décadas, seguida de declínio. Mais importante ainda é a mudança na estrutura etária: menos nascimentos hoje significam menos jovens amanhã e uma rápida elevação da razão de dependência dos idosos.

A China é o caso emblemático: mesmo com eventuais políticas pró-natalidade, o tamanho das coortes de mulheres em idade fértil já caiu tanto que uma reversão substantiva parece improvável. O Brasil segue trajetória semelhante: completou sua transição demográfica em tempo recorde e envelhecerá rapidamente. Infelizmente, sem ter alcançado níveis elevados de renda per capita nem consolidado um Estado fiscal sustentável.

As consequências econômicas são diretas e difíceis de contornar. O envelhecimento populacional eleva os gastos com previdência e saúde, estreitando o espaço fiscal e reduzindo o crescimento potencial da economia. Mesmo quando há ganhos de produto por trabalhador, a escassez relativa de mão de obra tende a reduzir o dinamismo, especialmente em países com baixa produtividade e instituições rígidas. No caso brasileiro, o risco é claro: envelhecer rápido sem ter resolvido gargalos históricos, como educação deficiente, baixa produtividade, infraestrutura precária e um sistema tributário disfuncional.

(Fonte: Pedro Cavalcanti Ferreira, Renato Fragelli Cardoso. Disponível em: portal.fgv.br. Adaptado)

2º Simulado Especial SEFAZ-RN (Auditor Fiscal de Receitas Estaduais) - 07/02/2026

1. De acordo com o Texto 01, a queda acelerada da fecundidade, ao alterar a estrutura etária,

a) pressiona gastos na formação profissional de jovens, visando suprir a carência deixada pelo crescente contingente de aposentados.

b) demanda a implementação de políticas pró-natalidade para mitigar o declínio do número de novos nascidos.

c) tende a estagnar, no longo prazo, visto que o pico de crescimento populacional mundial deverá ser atingido antecipadamente, segundo cenários tradicionais.

d) evidencia a fragilidade de países que postergam ajustes e falham em pensar no longo prazo, ao envelhecerem rapidamente sem resolver gargalos estruturais.

e) configura uma problemática adstrita aos países desenvolvidos, razão pela qual nações emergentes ainda dispõem de tempo para adaptação.

2. O Texto 1 caracteriza-se como predominantemente

a) injuntivo.

b) narrativo.

c) dissertativo-expositivo.

d) descriptivo.

e) dissertativo-argumentativo.

3. Assinale a opção em que é apresentada proposta de reescrita gramaticalmente correta e coerente para o seguinte trecho do quarto parágrafo do Texto 01: *"Em vez de uma população mundial que cresce até o fim do século, torna-se plausível a estagnação já nas próximas décadas, seguida de declínio."*

a) Ao invés de uma população mundial que cresce até o fim do século, torna-se razoável a estagnação já nas próximas décadas, seguida de declínio.

b) Em lugar de uma população mundial que cresce até o fim do século, a estagnação se torna verossímil já nas próximas décadas, seguida de declínio.

c) À medida que uma população mundial cresce até o fim do século, a estagnação se torna possível já nas próximas décadas, seguida de declínio.

d) Devido a uma população mundial que cresce até o fim do século, é tornada aceitável a estagnação já nas próximas décadas, seguida de declínio.

e) Em virtude de uma população mundial que cresce até o fim do século, torna-se admissível a estagnação já nas próximas décadas, seguida de declínio.

4. Assinale a opção correta em relação ao Texto 01:

a) No último período do segundo parágrafo, a palavra "tarde" exprime uma circunstância especificamente temporal.

b) Em "que uma reversão substantiva parece improvável" (primeiro período do quinto parágrafo), o conectivo "que" introduz ideia de consequência.

c) No primeiro período do segundo parágrafo, a preposição "de" é exigida pela forma verbal "prevaleceu".

d) No trecho "As consequências econômicas são diretas e difíceis de contornar" (último parágrafo), os vocábulos "consequências" e "difícies" seguem regras de acentuação gráfica distintas.

e) O emprego do sinal indicativo de crase é opcional no trecho "reage tarde a uma tendência amplamente conhecida" (último período do segundo parágrafo).

5. Considerando os aspectos linguísticos do Texto 01, julgue os itens a seguir.

I. No primeiro período do segundo parágrafo, o segmento “a ilusão confortável” desempenha a função sintática de complemento verbal direto na oração em que se insere.

II. Em “Não se trata apenas de um fenômeno demográfico” (segundo período do primeiro parágrafo), o vocábulo “se” funciona como pronome apassivador.

III. No trecho “Mesmo quando há ganhos de produto por trabalhador” (terceiro período do último parágrafo), a substituição de “há” por **existe** manteria o sentido e a correção gramatical do texto.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão errados.

6. No Texto 01, a flexão da forma verbal “expõe” (terceiro período do primeiro parágrafo) na terceira pessoa do singular justifica-se pela concordância verbal com o termo

a) “debate” (primeiro período do primeiro parágrafo).

b) “fecundidade” (primeiro período do primeiro parágrafo).

c) “queda” (primeiro período do primeiro parágrafo).

d) “fenômeno” (segundo período do primeiro parágrafo)

e) “fragilidade” (terceiro período do primeiro parágrafo).

7. No terceiro período do quarto parágrafo do Texto 01, o termo “plausível” exerce, na oração em que se insere, a função sintática de

a) adjunto adnominal.

b) complemento nominal.

c) sujeito.

d) objeto direto.

e) predicativo do sujeito.

8. No Texto 01, pertencem à mesma classe de palavras os vocábulos

a) “marginal” (primeiro período do primeiro parágrafo) e “menos” (último período do primeiro parágrafo).

b) “algo” (primeiro período do segundo parágrafo) e “patamar” (segundo período do quarto parágrafo).

c) “queda” (primeiro período do primeiro parágrafo) e “média” (terceiro período do segundo parágrafo).

d) “brasileiro” (último período do último parágrafo) e “recorde” (segundo período do penúltimo parágrafo).

e) “tanto” (primeiro período do penúltimo parágrafo) e “substantiva” (primeiro período do penúltimo parágrafo).

TEXTO 02

A atual conjuntura de consumo, a avidez pela imagem, o individualismo, a perda das garantias religiosas, o superinvestimento narcísico colocam novas questões para cada um de nós. O apelo ao consumo tem feito pais se esfalfarem para oferecerem objetos para os filhos sobre o preço de se ausentarem do lado deles. A cultura da imagem e das postagens de imagens de cada atividade do dia a dia dá a falsa impressão de que todo mundo está se divertindo menos você, o que tem incrementado os quadros depressivos já epidêmicos. Nessa lógica, acredita-se também que todas as outras pessoas estão muito mais felizes com os filhos conseguindo se sair perfeitamente bem, o que, apesar de ser mentira, costuma abalar pais/mães já habitualmente culpados. É difícil assumir uma tarefa que envolve tanta dedicação ao outro, diante do culto ao individualismo e à realização pessoal. A abnegação requerida na parentalidade – qualidade rara nos dias de hoje – pode levar décadas para ser reconhecida pelos filhos, quando ocorre. O lastro que a religião dava para muitos foi substituído pela liberdade de encontrar novas razões e motivações que partem do

2º Simulado Especial SEFAZ-RN (Auditor Fiscal de Receitas Estaduais) - 07/02/2026

desejo e não da obrigação moral. Como toda liberdade, dá trabalho. Afinal, temos que escolher e nos responsabilizar pelas escolhas. Os bebês, como tudo que nos diz respeito pessoalmente, implicam em grande investimento narcísico. Esperamos em troca que ele nos devolva esse investimento na forma de amor e reconhecimento. Mas a coisa não funciona bem assim. Não se pode contar com um grande Ibope, quando se tem que fazer o trabalhinho sujo de educar. Higiene, saúde, escola, tarefas e obrigações nem sempre são divertidas para os pequenos e somos nós a garantir essas tarefas. Nessas horas eles preferem os amigos e podemos ficar bem ressentidos com isso.

(Fonte: Vera Iaconelli. *Criar filhos no século XXI*. Editora Contexto. Adaptado)

9. De acordo com a opinião da autora do Texto 02,

- a) o consumismo leva os pais a compensarem sua ausência enchendo a vida dos filhos de objetos com os quais ambos possam brincar no tempo livre.
- b) as redes sociais têm produzido percepções distorcidas de felicidade alheia, com impactos negativos sobre a saúde mental.
- c) a comparação com a performance parental de outras famílias tende a amenizar sentimentos de culpa em pais e mães.
- d) a parentalidade no século XXI tornou-se menos exigente, devido à delegação de responsabilidades para especialistas e instituições especializadas.
- e) a perda da religião como baliza moral gerou um estado de desorientação no exercício da parentalidade no século XXI.

10. No antepenúltimo período do Texto 02, o emprego do diminutivo no substantivo “trabalhinho” denota

- a) uma forma de estilo de linguagem da autora do texto.
- b) distanciamento crítico da autora em relação às práticas parentais contemporâneas.
- c) tentativa de minimizar a complexidade das tarefas relacionadas à educação dos filhos.

d) julgamento depreciativo da autora acerca das atividades ligadas à higiene e à educação infantil.

e) tom irônico da autora ao atenuar tarefas ligadas à educação dos filhos, que são, na realidade, árduas.

11. No segundo período do Texto 2, a palavra “esfalfarem” está empregada com o mesmo sentido de

- a) fatigarem.
- b) cobrarem.
- c) exigirem.
- d) imporem.
- e) esfarelarem.

12. Acerca de aspectos relativos a formas verbais empregadas no Texto 02, julgue os itens a seguir.

- I. No sétimo período, as formas verbais “dava” e “foi” estão flexionadas nos mesmos tempo e modo verbais, designando ações já concluídas.
- II. Em “Nessa lógica, acredita-se também que todas as outras pessoas estão muito mais felizes com os filhos” (quarto período), o vocábulo “se” depois da forma verbal “acredita” justifica-se para reforçar a indeterminação do sujeito oracional.
- III. O trecho “Esperamos em troca que ele nos devolva esse investimento na forma de amor e reconhecimento” (décimo primeiro período) expressa uma hipótese, evidenciada pela flexão do verbo **devolver** no modo subjuntivo.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

13. Nos dois últimos períodos do Texto 02, o uso da flexão verbal na primeira pessoa do plural, em “somos” e “podemos”, indica que

- a) o leitor se coaduna com a posição da autora.
- b) a autora expressa um questionamento retórico ao leitor.
- c) a autora e o leitor compartilham da experiência da parentalidade.
- d) o texto apresenta um tom de modéstia por parte da autora, que não quer chamar a atenção para si.
- e) os últimos períodos carregam um nível de subjetividade impróprio que destoa do restante do texto.

14. Seriam preservadas as relações de coesão e coerência estabelecidas no Texto 02, bem como sua correção gramatical, caso fosse inserida uma vírgula imediatamente após

- a) “dia a dia” (terceiro período).
- b) “lastro” (sétimo período).
- c) “Mas” (décimo segundo período).
- d) “pequenos” (penúltimo período).
- e) “somos” (penúltimo período).

15. No sexto período do Texto 02, a conjunção “quando” expressa circunstância de

- a) concessão.
- b) explicação.
- c) adversidade.
- d) tempo hipotético.
- e) hipótese consumada.

DIREITO CONSTITUCIONAL**João Trindade**

16. Sobre o sistema financeiro nacional, pode-se afirmar que:

- a) Lei ordinária deve dispor sobre as condições para a participação de empresas estrangeiras no sistema financeiro nacional.
- b) É vedada a participação de empresas estrangeiras no sistema financeiro nacional
- c) Lei delegada deve dispor sobre as condições para a participação de empresas estrangeiras no sistema financeiro nacional
- d) Lei complementar deve dispor sobre as condições para a participação de empresas estrangeiras no sistema financeiro nacional
- e) A participação de empresas estrangeiras no sistema financeiro nacional depende de previsão em medida provisória

17. Como agente normativo e regulador da atividade econômica:

- a) o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para os setores público e privado
- b) o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este indicativo para os setores público e privado
- c) O Estado deve explorar diretamente atividades econômicas, sempre que isso seja conveniente e oportun
- d) o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado
- e) A prestação de serviços públicos deve ocorrer diretamente pelo Estado

2º Simulado Especial SEFAZ-RN (Auditor Fiscal de Receitas Estaduais) - 07/02/2026

18. A respeito da teoria da constituição julgue os itens a seguir:

- I - Mesmo uma norma programática pode ser usada como parâmetro para o controle de constitucionalidade.
- II - Normas constitucionais de eficácia contida têm aplicabilidade mediata e reduzida.
- III - Normas institutivas são espécies de normas de eficácia contida.

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

19. De acordo com a doutrina majoritária:

- a) o Brasil admite a teoria da dupla revisão, segundo a qual uma emenda constitucional pode alterar a lista de cláusulas pétreas.
- b) o Poder constituinte originário é limitado juridicamente
- c) É impossível o controle de constitucionalidade das normas constitucionais originárias
- d) as cláusulas pétreas estão exaustivamente listadas no texto da Constituição
- e) o sistema presidencialista de governo foi listado como cláusula pétrea

20. São legitimados especiais para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade, devendo demonstrar a pertinência temática:

- a) Procurador-Geral da República
- b) Partido político com representação no Congresso Nacional
- c) confederação sindical
- d) Presidente da República
- e) Conselho Federal da OAB

21. Sobre o controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir:

- I - A Constituição Federal prevê em rol taxativo os legitimados à propositura de ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- II - Caso se deseje confirmar a compatibilidade constitucional de uma lei estadual, qualquer dos legitimados constitucionalmente autorizados pode ajuizar uma ação declaratória de constitucionalidade perante o STF.
- III - As decisões proferidas pelo STF em ADI interrompem automaticamente os efeitos temporais das decisões transitadas em julgado nas relações jurídicas de trato sucessivo, respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo.

Estão corretos, apenas:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I, II e III
- d) I e III
- e) nenhum

22. A inconstitucionalidade de uma lei do Município de Nísia Floresta-RN pode ser judicialmente questionada por meio de:

- a) ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal
- b) arguição de descumprimento de preceito fundamental, perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte
- c) ação declaratória de constitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal
- d) arguição de descumprimento de preceito fundamental, perante o Supremo Tribunal Federal
- e) ação declaratória de constitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça Estadual

23. Compete privativamente à União legislar sobre, exceto:

- a) direito tributário
- b) direito civil
- c) bingos e loterias
- d) trânsito e transporte
- e) energia

24. No sistema presidencialista de governo:

- a) cabe ao Presidente da República exercer cumulativamente a chefia de governo e a chefia de estado.
- b) cabe ao Presidente da República exercer apenas a chefia de governo, cabendo a chefia de Estado ao Supremo Tribunal Federal
- c) cabe ao Presidente da República exercer apenas a chefia de Estado, cabendo a chefia de governo ao Vice-Presidente da República
- d) cabe ao Presidente da República exercer apenas a chefia de estado, cabendo a chefia de governo ao Presidente da Câmara dos Deputados
- e) cabe ao Presidente da República exercer apenas a chefia de estado, cabendo a chefia de governo ao Presidente do Senado Federal

25. Sobre a federação brasileira, julgue os itens a seguir:

- I - O ordenamento jurídico brasileiro admite a secessão apenas se aprovada mediante emenda constitucional.
- II - Os Municípios podem instituir regiões metropolitanas.
- III - Compete aos Estados legislar concorrentemente sobre direito penal.

Está(ão) correto(s):

- a) I e III
- b) I e II
- c) I, II e III
- d) II
- e) nenhum

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

26. O Município de Santa Aurora expediu, em favor de Helena, alvará de construção para edificar um imóvel estritamente residencial, com até 3 pavimentos, condicionando a validade do ato ao respeito integral ao projeto aprovado e às normas urbanísticas locais. Após o início das obras, constatou-se que Helena alterou o projeto e passou a construir 5 pavimentos, além de anunciar a instalação de salas comerciais, contrariando as condições do alvará.

Paralelamente, a Secretaria Municipal de Transporte concedeu a Rogério uma autorização para explorar determinada atividade, mas o ato foi assinado por autoridade incompetente, embora o conteúdo fosse plenamente permitido e não houvesse prejuízo para terceiros.

Em outro caso, a Administração editou ato válido concedendo a Carla autorização para uso de um espaço público por prazo determinado; com o passar do tempo, sem surgir qualquer ilegalidade, a Administração concluiu que a continuidade da autorização se tornou inconveniente para o interesse público, por razões de planejamento urbano.

Por fim, Tiago foi beneficiado por ato que continha vício de legalidade, e discute-se como a Administração e o Judiciário podem atuar.

No que se refere à extinção do ato administrativo, assinale a opção correta.

- a) No caso de Rogério, é possível a convalidação do ato, desde que o vício seja sanável e a correção não acarrete lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, produzindo efeitos retroativos.
- b) No caso de Rogério, a Administração deve anular o ato, porque, uma vez identificado vício de competência, não há possibilidade de correção, e a única saída é a retirada do ato do mundo jurídico com efeitos retroativos.
- c) No caso de Carla, a Administração deve anular o ato, pois a alteração do interesse público configura

2º Simulado Especial SEFAZ-RN (Auditor Fiscal de Receitas Estaduais) - 07/02/2026

ilegalidade superveniente e autoriza o desfazimento por controle de legalidade.

d) No caso de Tiago, a retirada do ato por ilegalidade somente pode ocorrer por provocação e decisão do Poder Judiciário, sendo vedado que a Administração o desfaça por iniciativa própria.

e) No caso de Helena, a providência adequada é a revogação do alvará, pois a alteração do projeto pelo particular demonstra que o ato se tornou inconveniente, cabendo à Administração desfazê-lo por razões de mérito.

27. No que se refere aos atos administrativos, especialmente quanto ao conceito, aos requisitos, aos atributos, à classificação e às formas de extinção, assinale a opção correta.

a) O motivo do ato administrativo corresponde exclusivamente à intenção subjetiva do agente público, sendo irrelevantes os pressupostos de fato e de direito que fundamentam a prática do ato.

b) A anulação do ato administrativo decorre da constatação de ilegalidade e pode ser promovida tanto pela Administração Pública, no exercício da autotutela, quanto pelo Poder Judiciário, enquanto a revogação decorre do exame de conveniência e oportunidade, sendo restrita à atuação da própria Administração.

c) Os atributos do ato administrativo — presunção de legitimidade e veracidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade — manifestam-se de forma absoluta e uniforme em todas as espécies de atos administrativos.

d) A competência e a finalidade integram o núcleo discricionário do ato administrativo, podendo o agente público modulá-las conforme critérios de conveniência, oportunidade e interesse administrativo no caso concreto.

e) A cassação do ato administrativo ocorre quando a Administração Pública reconhece que o ato válido deixou de ser conveniente ou oportuno ao interesse público, razão pela qual o retira do

mundo jurídico por razões de mérito administrativo.

28. No que se refere aos poderes da Administração Pública — especialmente quanto ao poder hierárquico, ao poder disciplinar, ao poder regulamentar e ao poder de polícia — assinale a opção correta.

a) O poder hierárquico e o poder disciplinar possuem o mesmo conteúdo jurídico, pois ambos consistem na prerrogativa administrativa de impor sanções aos servidores e de rever atos praticados pelos subordinados, com base em relação de subordinação.

b) O poder disciplinar se manifesta principalmente na organização interna da Administração, permitindo a distribuição e o escalonamento de funções entre órgãos e agentes, bem como a delegação e a avocação de competências, independentemente de qualquer infração funcional.

c) O poder regulamentar autoriza a Administração a editar regulamentos que extrapolam a lei, podendo criar obrigações novas, extinguir direitos e estabelecer restrições inéditas aos administrados, desde que o objetivo declarado seja a proteção do interesse público.

d) O poder de polícia é instrumento pelo qual a Administração Pública intervém e condiciona o exercício de direitos e atividades dos particulares e o gozo de bens, impondo limites e restrições necessários para evitar que o uso individual cause prejuízo ao interesse da coletividade.

e) O poder de polícia se fundamenta em relação de hierarquia direta entre Administração e administrado, razão pela qual o particular assume dever de obediência típico de subordinado, semelhante ao que ocorre entre superior e servidor público.

29. O Município de Serra Clara, visando ordenar o uso de praças públicas, editou decreto disciplinando a atividade de *food trucks*: exigiu cadastro prévio, definiu horários de funcionamento, estabeleceu padrões mínimos de higiene e fixou sanções administrativas (advertência, multa e interdição).

Para operacionalizar o controle, a Secretaria Municipal de Urbanismo firmou contrato com a entidade estatal denominada *Fiscaliza Já*, que dispõe de regime jurídico próximo ao da Fazenda Pública, atribuindo-lhe as seguintes tarefas: (i) receber pedidos de licenciamento e verificar documentos; (ii) realizar vistorias *in loco* para checar o cumprimento das regras; e (iii) aplicar multas e determinar a interdição imediata do veículo em situação irregular, independentemente de decisão judicial.

Em uma fiscalização, o agente da empresa constata irregularidade sanitária e ordena o fechamento do *food truck*, lavrando multa em seguida.

No que se refere aos poderes da Administração Pública, especialmente ao poder de polícia, assinale a opção **correta**.

a) O poder de polícia, no caso narrado, é exclusivamente repressivo, pois a edição de regras gerais pelo Município se confunde com a imposição concreta de sanções aos particulares.

b) A delegação do poder de polícia para particulares é plenamente admitida em todas as etapas (ordem, consentimento, fiscalização e sanção), desde que formalizada por contrato e acompanhada por servidor público.

c) A fase da ordem de polícia é absolutamente indelegável, por envolver função legislativa, ao passo que as fases de consentimento, fiscalização e aplicação de sanções podem ser delegadas em algumas circunstâncias.

d) No poder de polícia, a Administração atua sempre de forma estritamente vinculada, sem qualquer margem de escolha, porque toda restrição a direitos individuais exige aplicação automática e invariável da lei.

e) A autoexecutoriedade significa que a Administração sempre depende de autorização judicial para executar suas decisões, não podendo utilizar meios diretos para cessar uma irregularidade.

30. No que se refere aos princípios expressos da Administração Pública, considerando sua conceituação, forma de positivação e âmbito de incidência, assinale a opção **correta**.

a) Os princípios expressos da Administração Pública somente produzem efeitos no âmbito interno da Administração, não podendo ser invocados por particulares para questionar atos administrativos perante o Poder Judiciário.

b) Os princípios expressos vinculam apenas a Administração Pública direta, não alcançando as entidades integrantes da administração indireta, em razão da personalidade jurídica própria dessas entidades.

c) Os princípios previstos na norma que disciplina o processo administrativo federal possuem natureza de princípios expressos aplicáveis automaticamente a toda a Administração Pública brasileira, inclusive Estados, Distrito Federal e Municípios.

d) Os princípios expressos caracterizam-se pela identificação clara e nominal de sua denominação no texto normativo, podendo estar previstos tanto na Constituição Federal quanto em legislação infraconstitucional, conforme o âmbito de aplicação da norma.

e) Os princípios expressos possuem hierarquia superior aos princípios implícitos, devendo prevalecer de forma automática em hipóteses de colisão normativa.

31. No que se refere à responsabilidade civil do Estado — especialmente quanto aos requisitos para sua demonstração, às causas excludentes e atenuantes, à reparação do dano e ao direito de regresso — assinale a opção **correta**.

- a) Na responsabilidade objetiva fundada no risco administrativo, a configuração do dever de indenizar exige a demonstração do dano e do nexo causal entre a ação do agente e o evento danoso, sendo desnecessária, para o particular lesado, a prova de dolo ou culpa do agente público.
- b) Na teoria do risco integral, o Estado responde por todo e qualquer dano, mas o dever de indenizar é afastado quando se comprova que a vítima concorreu para o resultado, pois o concurso de condutas sempre exclui a responsabilidade estatal.
- c) Quando o dano resulta da conjugação de omissão culposa estatal com fato imprevisível, o fato imprevisível impõe ao Estado indenização mais elevada, já que amplia a gravidade do evento e reforça a necessidade de punição patrimonial do ente público.
- d) A reparação civil estatal limita-se a prejuízos materiais, pois o ordenamento não admite, em nenhuma hipótese, responsabilidade civil do Estado por dano moral.
- e) Reconhecido o dever de indenizar do Estado, o direito de regresso contra o servidor é automático e independe de culpa ou dolo, bastando o pagamento ao lesado para impor ao agente o resarcimento integral.

32. No que se refere à organização da Administração Pública, assinale a opção **correta**.

- a) A descentralização administrativa ocorre quando há distribuição interna de competências dentro de uma mesma pessoa jurídica, com a criação de órgãos públicos hierarquicamente subordinados.
- b) A desconcentração administrativa pressupõe a existência de mais de uma pessoa jurídica, sendo típica da relação estabelecida entre a Administração Direta e a Administração Indireta.

c) A centralização administrativa verifica-se quando o ente político executa diretamente as atividades administrativas por meio de seus próprios órgãos e agentes, sem transferi-las a outras pessoas jurídicas.

d) A Administração Indireta é composta por órgãos públicos integrantes da estrutura interna dos entes federativos, os quais não possuem personalidade jurídica própria.

e) A descentralização por outorga caracteriza-se pela transferência apenas da execução da atividade administrativa, mantendo-se a titularidade do serviço com o ente estatal.

33. No que se refere ao controle da Administração Pública, considerando o controle exercido pela própria Administração, pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo, assinale a opção **correta**.

- a) O controle judicial dos atos administrativos abrange tanto a legalidade quanto o mérito, sempre que houver alegação de lesão ou ameaça a direito subjetivo do administrado.
- b) O controle administrativo é prerrogativa exclusiva do Poder Executivo, não sendo admitido no âmbito dos Poderes Legislativo e Judiciário, ainda que estes exerçam função administrativa.
- c) O controle legislativo limita-se ao controle político dos atos administrativos, não alcançando aspectos financeiros, orçamentários ou patrimoniais da Administração Pública.
- d) O controle de mérito dos atos administrativos, relacionado à análise de conveniência e oportunidade, é exercido, como regra, pelo próprio Poder responsável pela edição do ato, não sendo possível de substituição pelo Poder Judiciário.
- e) O controle hierárquico configura modalidade de controle externo, pois pressupõe a atuação de autoridade diversa daquela que praticou o ato administrativo.

2º Simulado Especial SEFAZ-RN (Auditor Fiscal de Receitas Estaduais) - 07/02/2026

34. De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/1992, assinale a alternativa **correta**.

- a) A ação ou omissão praticada por agente público ou terceiro, fundada em divergência interpretativa da lei e amparada em jurisprudência, ainda que não pacificada, configura ato de improbidade administrativa caso tal entendimento não venha a prevalecer posteriormente nos órgãos de controle ou nos tribunais do Poder Judiciário.
- b) Ainda que existam indícios de ato de improbidade administrativa, a autoridade que tomar conhecimento dos fatos poderá, a seu critério, optar por apurá-los internamente, sendo facultativa a representação ao Ministério Público, especialmente quando entender que a irregularidade pode ser sanada no âmbito administrativo.
- c) A representação destinada a provocar a instauração de investigação por ato de improbidade administrativa somente poderá ser apresentada por servidor público e deverá, necessariamente, estar instruída com provas já produzidas acerca do fato e de sua autoria.
- d) Na ação por improbidade administrativa, o pedido de indisponibilidade de bens dos réus somente poderá ser formulado no curso do processo, sendo vedado o seu requerimento em caráter antecedente, ainda que haja risco de dilapidação patrimonial.
- e) É vedada a decretação de indisponibilidade da quantia correspondente a até quarenta salários-mínimos, ainda que o valor esteja depositado em conta-corrente, caderneta de poupança ou em outras aplicações financeiras, independentemente da natureza do ativo.

35. No que se refere à Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/2021, assinale a alternativa **correta**.

- a) Na contratação integrada, a Administração Pública permanece responsável pela elaboração dos projetos básico e executivo, limitando-se o contratado à execução da obra e à prestação dos serviços, sendo vedada a atribuição de etapas de concepção ao particular.
- b) Considera-se sobrepreço apenas quando o valor global da contratação ultrapassa expressivamente os preços referenciais de mercado, não se caracterizando a irregularidade quando a discrepância ocorrer em itens isolados em licitações por preços unitários.
- c) No concurso, o edital pode restringir-se à definição das formas de apresentação do trabalho, sendo dispensável a indicação da qualificação dos participantes, das condições de realização e da remuneração ou prêmio ao vencedor.
- d) Na modalidade diálogo competitivo, a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial, suas necessidades e exigências já definidas, bem como fixar prazo mínimo de vinte e cinco dias úteis para manifestação de interesse na participação do certame.
- e) Na hipótese de contratação direta indevida, a responsabilidade solidária do agente público e do contratado decorre de culpa simples, sendo prescindível a comprovação de dolo, fraude ou erro grosseiro.

DIREITO COMERCIAL*Cadu Carrilho*

36. Lúcio é empresário individual e explora uma cafeteria. Em janeiro, ele alienou o estabelecimento empresarial a Marina. O contrato foi averbado no registro competente e publicado na forma legal.

Existiam, porém, obrigações e situações relacionadas à empresa:

- I. dívida com fornecedor, regularmente contabilizada;
- II. dívida trabalhista, não contabilizada;
- III. Lúcio resolve montar concorrência da cafeteria na mesma rua.
- IV. dívida tributária.

Após a transferência, o fornecedor e o ex-empregado cobram Marina; e o Fisco ajuíza execução fiscal contra ambos. Assinale a alternativa correta.

- a) Marina não responde por qualquer dívida anterior, pois a venda do estabelecimento transfere apenas ativos, e o alienante permanece como único responsável, salvo cláusula expressa em contrário.
- b) Marina responde pelas dívidas do fornecedor e trabalhista, mas não por tributos, pois obrigações tributárias não podem ser transferidas ao adquirente.
- c) Marina responde pela dívida do fornecedor, desde que regularmente contabilizada, e Lúcio permanece solidariamente responsável por um ano; quanto à dívida não contabilizada, Marina não responde; já a cláusula de não concorrência do alienante dura, por lei, cinco anos, ainda que o contrato seja omisso.
- d) Marina responde por todas as dívidas, porque a averbação e a publicação tornam a aquisição oponível a terceiros e geram sucessão universal de obrigações, dispensando consentimento dos credores.
- e) Sem o consentimento expresso de todos os credores, a alienação é ineficaz e não produz efeitos; por isso, Marina não responde por dívidas, e Lúcio também não pode cobrar o preço pactuado.

37. Assinale a alternativa correta, conforme o Código Civil:

- a) Considera-se empresário quem exerce, profissionalmente, atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou serviços.
- b) Quem exerce profissão intelectual de natureza científica, literária ou artística, ainda que com auxiliares, sempre será considerado empresário, desde que atue com habitualidade e finalidade lucrativa.
- c) A inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis é facultativa, podendo ser feita a qualquer tempo, inclusive após o início regular da atividade, sem consequências jurídicas relevantes.
- d) O empresário rural não pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, devendo obrigatoriamente registrar-se apenas no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
- e) O menor de idade pode exercer a empresa sem qualquer condicionamento, independentemente de autorização e de eventual averbação/inscrição dos atos pertinentes.

38. A sociedade Beta Construções Ltda. contraiu dívida com um fornecedor e, no momento da cobrança, surgiram os seguintes fatos: (i) a empresa passou a pagar repetidamente despesas pessoais do sócio-administrador (plano de saúde da família, escola dos filhos e fatura de cartão); (ii) houve transferência de veículos da empresa para o sócio sem pagamento; (iii) existe outra empresa do mesmo grupo, mas sem prova de confusão patrimonial entre elas; e (iv) a Beta ampliou sua atividade de “construções” para incluir “reformas e manutenção predial”. Com base exclusivamente no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A desconsideração é cabível apenas quando houver insolvência da pessoa jurídica, sendo irrelevante a demonstração de desvio de finalidade ou confusão patrimonial.
- b) A existência de outra empresa no mesmo grupo econômico autoriza, por si só, a desconsideração da personalidade jurídica da Beta.
- c) A ampliação do objeto social da Beta, por si só, configura desvio de finalidade e autoriza a desconsideração.
- d) Os fatos narrados indicam confusão patrimonial, podendo a desconsideração estender obrigações aos bens particulares do sócio-administrador beneficiado direta ou indiretamente.
- e) A desconsideração nunca pode atingir administradores, limitando-se aos sócios.

39. Na sociedade Gamma Serviços Ltda., o capital social ainda não está integralizado. O contrato social permite a designação de administrador não sócio. Em reunião de sócios, titulares de 75% das quotas aprovam a nomeação de um administrador não sócio. Em deliberação posterior, os mesmos sócios aprovam ato infringente da lei. Com base exclusivamente no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, sem responsabilidade solidária pela integralização do capital social.

b) A designação de administrador não sócio, enquanto o capital não estiver integralizado, depende de aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social.

c) A designação de administrador não sócio, enquanto o capital não estiver integralizado, depende da aprovação de, no mínimo, 2/3 dos sócios, e, após a integralização, de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social.

d) Deliberações infringentes do contrato ou da lei não alteram a responsabilidade dos sócios, que permanece sempre limitada ao valor das quotas.

e) A responsabilidade ilimitada decorrente de deliberação infringente alcança automaticamente todos os sócios, ainda que não tenham aprovado o ato.

40. A empresa Delta Comércio Ltda. deixou de pagar, no vencimento, três obrigações líquidas representadas por títulos executivos que foram protestados para fins falimentares. Na data em que o credor pretende ajuizar pedido de falência, a soma dos títulos corresponde a 38 salários-mínimos. O credor sustenta que o protesto, por si só, autoriza a quebra. Considerando a Lei nº 11.101/2005, assinale a alternativa correta.

- a) É cabível o pedido de falência, porque basta a impontualidade injustificada comprovada por protesto, independentemente do valor total.
- b) É cabível o pedido de falência, porque o requisito de 40 salários-mínimos é aferido na data do protesto, e não na data do pedido.
- c) É cabível o pedido de falência, porque a mera existência de títulos executivos, ainda que sem protesto, já satisfaz o requisito legal.
- d) Não é cabível o pedido de falência, porque a lei exige prévia execução frustrada e certidão do juízo da execução em qualquer hipótese.
- e) Não é cabível o pedido de falência com base na impontualidade injustificada, porque a soma dos títulos protestados não ultrapassou 40 salários-mínimos na data do pedido de falência.

DIREITO CIVIL**Paulo Sousa**

41. A sociedade empresária “Logística Potiguar Ltda.” celebrou contrato com a sociedade empresária “Armazéns do Seridó S.A.” para prestação contínua de serviços de armazenagem e distribuição, com pagamento mensal. Após alguns meses de execução, constatou-se que a contratante passou a atrasar reiteradamente os pagamentos e, paralelamente, os sócios administradores começaram a utilizar recursos da empresa para despesas pessoais (viagens, escola dos filhos e pagamento de plano de saúde), sem escrituração regular.

O credor ajuizou ação de cobrança e, no curso do processo, requereu a desconsideração da personalidade jurídica para alcançar o patrimônio dos sócios, alegando que a empresa está “sem bens” e que houve confusão patrimonial. Os sócios, por sua vez, sustentam que a mera insolvência e o inadimplemento não autorizam a medida.

Considerando o Código Civil e a disciplina da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a alternativa correta.

- a) A desconsideração é cabível sempre que a pessoa jurídica não possuir bens suficientes para pagar a dívida, pois o inadimplemento configura, por si só, abuso da personalidade jurídica.
- b) A desconsideração somente é possível se houver prova de dissolução irregular da sociedade, pois enquanto a empresa estiver em funcionamento não se pode atingir o patrimônio dos sócios.
- c) A desconsideração pode ser admitida quando demonstrado abuso da personalidade jurídica, caracterizado por desvio de finalidade ou confusão patrimonial, não bastando o mero inadimplemento.
- d) A desconsideração exige, necessariamente, a comprovação de fraude contra credores, sendo insuficiente a demonstração de confusão patrimonial.

e) A desconsideração é vedada em sociedades empresárias limitadas, em razão da autonomia patrimonial e da limitação legal de responsabilidade dos sócios.

42. A respeito da fraude à execução na alienação de bem imóvel, assinale a alternativa correta, conforme o Código Civil.

- a) A alienação realizada após o ajuizamento da execução é automaticamente ineficaz, sendo irrelevantes a boa-fé do adquirente e a inexistência de averbação da penhora.
- b) A fraude à execução somente pode ser reconhecida mediante prova da má-fé do terceiro adquirente, ainda que exista penhora previamente registrada na matrícula do imóvel.
- c) Na ausência de registro da penhora na matrícula do imóvel, o reconhecimento da fraude à execução depende da comprovação da má-fé do terceiro adquirente.
- d) O registro do título aquisitivo afasta, em qualquer hipótese, a possibilidade de reconhecimento da fraude à execução.
- e) A fraude à execução acarreta a nulidade absoluta do negócio jurídico, independentemente de pronunciamento judicial.

43. A respeito da aplicação e interpretação das normas jurídicas, conforme a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) A decisão judicial pode ser fundamentada exclusivamente em valores abstratos, sendo dispensável a análise das consequências práticas da medida adotada.
- b) A interpretação da norma jurídica deve desconsiderar os fins sociais a que ela se dirige, prevalecendo sempre a literalidade do texto legal.
- c) Na aplicação do direito, o intérprete deve considerar as consequências práticas da decisão, especialmente quando esta importar invalidação de atos, contratos ou situações consolidadas.
- d) A LINDB impede a invalidação de atos administrativos e judiciais, ainda que comprovada a sua ilegalidade.
- e) A aplicação da norma jurídica independe da análise do contexto fático e jurídico existente à época da prática do ato.

44. Em janeiro de 2022, Maria firmou contrato de locação residencial com prazo de 30 meses, obrigando-se ao pagamento mensal de aluguel. Em fevereiro de 2022, por escrito, o locador concedeu a Maria abatimento de 20% no valor do aluguel “enquanto o locador, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa, considerar que há boa convivência entre as partes”. Em setembro de 2023, após desentendimentos, o locador notificou Maria informando que o abatimento estava cancelado e exigiu o pagamento integral do aluguel, além de diferenças retroativas.

Maria sustenta que o abatimento constitui cláusula contratual definitiva e que a expressão adotada é inválida por configurar condição potestativa. O locador argumenta que se trata de liberalidade condicionada ao comportamento da locatária.

Considerando o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) A cláusula é nula por conter condição puramente potestativa, pois depende exclusivamente do arbítrio do locador definir o que é boa convivência.
- b) A cláusula é plenamente válida, pois toda condição relacionada a comportamento subjetivo é admitida, ainda que dependa apenas da vontade de uma das partes.
- c) A cláusula deve ser interpretada como termo certo, de modo que o abatimento vigora até o fim do contrato, não podendo ser revogado.
- d) A cláusula configura encargo típico de doação e, por isso, não pode existir em contrato oneroso como a locação.
- e) O abatimento é irrevogável e gera direito adquirido, pois uma vez concedido não pode ser suprimido mesmo diante de descumprimento contratual.

45. Acerca do termo inicial da prescrição nas pretensões de responsabilidade civil, conforme o Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O prazo prescricional tem início quando o titular do direito reúne prova documental suficiente para o ajuizamento da ação.
- b) O prazo prescricional inicia-se com a violação do direito, momento em que nasce a pretensão, independentemente da posterior produção de provas.
- c) O prazo prescricional somente começa a fluir após a citação válida do réu.
- d) A dificuldade na obtenção de provas constitui causa legal de suspensão do prazo prescricional.
- e) Nas pretensões de responsabilidade civil, o prazo aplicável é decadencial.

DIREITO PENAL*Priscila Silveira*

46. Durante uma operação policial, João foi denunciado pela prática de um delito previsto em lei penal que descrevia a conduta de forma genérica, sem detalhar claramente os elementos do tipo penal, deixando ao julgador ampla margem para definir o conteúdo do crime conforme o caso concreto. A defesa alegou a inconstitucionalidade da norma penal aplicada ao caso, por violação a princípios fundamentais do Direito Penal.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta.

- a) A norma penal é válida, pois o Direito Penal admite tipos penais abertos, desde que complementados pela jurisprudência.
- b) A norma penal é válida, pois o princípio da legalidade não exige descrição minuciosa da conduta.
- c) A norma penal é inválida, por violar o princípio da taxatividade, decorrente do princípio da legalidade.
- d) A norma penal é inválida, pois afronta exclusivamente o princípio da proporcionalidade.
- e) A norma penal é válida, pois a analogia in malam partem é admitida no Direito Penal.

47. Carlos praticou determinado crime em janeiro de 2020. Em março de 2021, entrou em vigor nova lei penal que revogou o tipo incriminador, deixando de considerar a conduta criminosa. Contudo, em 2023, uma terceira lei voltou a criminalizar o mesmo comportamento, com pena mais severa. O processo ainda não havia transitado em julgado.

À luz da aplicação da lei penal no tempo, assinale a alternativa correta.

- a) Deve ser aplicada a lei vigente ao tempo da sentença.
- b) Aplica-se a lei de 2023, por ser a mais recente.
- c) Aplica-se a lei de 2020, vigente à época do fato.
- d) Aplica-se a lei de 2021, que aboliu o crime.

e) Aplica-se a combinação das leis mais favoráveis ao réu.

48. Mariana, portadora de transtorno mental comprovado por laudo pericial, praticou fato típico e ilícito. Restou demonstrado que, ao tempo da ação, ela era totalmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Considerando a teoria da culpabilidade adotada pelo Código Penal brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Mariana é culpável, mas terá a pena reduzida de um a dois terços.
- b) Mariana é isenta de pena, por ausência de culpabilidade.
- c) Mariana responde normalmente pelo crime, pois a imputabilidade não integra a culpabilidade.
- d) Mariana será punida com pena privativa de liberdade, substituída por tratamento ambulatorial.
- e) Mariana terá sua pena atenuada, mas não afastada.

49. Rafael praticou crime de ação penal pública incondicionada em 2012. O Ministério Público ofereceu denúncia apenas em 2021. Considerando que a pena máxima abstrata do delito é de 4 anos, a defesa alegou a extinção da punibilidade.

Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a) Não ocorreu prescrição, pois a ação penal é pública incondicionada.
- b) O prazo prescricional é de 20 anos.
- c) O prazo prescricional é de 12 anos.
- d) O prazo prescricional é de 8 anos, tendo ocorrido a prescrição da pretensão punitiva.
- e) A prescrição só pode ser reconhecida após o trânsito em julgado.

50. Servidor público municipal, no exercício de sua função, exigiu vantagem indevida de um particular para deixar de praticar ato de ofício que lhe competia. O particular, temendo represálias, efetuou o pagamento solicitado.

Diante do caso apresentado, assinale a alternativa correta.

- a) O servidor praticou o crime de corrupção passiva.
- b) O servidor praticou o crime de concussão.
- c) O particular responde por corrupção ativa.
- d) O fato é atípico, pois houve consentimento do particular.
- e) Trata-se de prevaricação.

DIREITO FINANCEIRO

Gabriela Zavadinack

51. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. Válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos – União, estados, Distrito Federal e municípios – são estabelecidos e disciplinados por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da exclusividade veda a inserção, na lei orçamentária anual, de autorização relacionada a créditos adicionais.
- b) O princípio da anualidade impede que obrigações assumidas em determinado exercício financeiro sejam pagas em exercícios subsequentes, ainda que regularmente empenhadas e inscritas em restos a pagar.
- c) O princípio da unidade orçamentária exige que todas as receitas e despesas da administração pública estejam concentradas em um único orçamento, sendo incompatível com a previsão

constitucional de orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos.

d) O princípio da universalidade determina que a lei orçamentária anual compreenda todas as receitas e despesas do ente federado, ressalvadas despesas operacionais de estatais não dependentes.

e) O princípio da especificação autoriza, em caráter excepcional, a consignação genérica de dotações orçamentárias quando se tratar de despesas obrigatórias de caráter continuado.

52. No que se refere ao regime constitucional dos precatórios, assinale a alternativa correta.

- a) Os precatórios judiciais constituem despesas discricionárias, sujeitas à conveniência e oportunidade da administração pública.
- b) A Constituição Federal autoriza o pagamento de precatórios fora da ordem cronológica, desde que haja justificativa administrativa e disponibilidade financeira.
- c) A Lei nº 4.320/1964 afasta a necessidade de inscrição dos precatórios na despesa orçamentária, por se tratarem de obrigações judiciais.
- d) Os precatórios de natureza alimentar não se submetem ao regime orçamentário, podendo ser pagos independentemente de autorização legislativa.
- e) O regime constitucional dos precatórios impõe que as dotações destinadas ao seu pagamento constem obrigatoriamente da lei orçamentária anual quando apresentados até 1º de fevereiro, caracterizando despesa obrigatória.

53. A classificação da receita pública pode ser feita segundo sua natureza, o que permite compreender o acontecimento real que originou a entrada do dinheiro nos cofres públicos. Com base nessa classificação, assinale a alternativa correta.

- a) A receita orçamentária se refere a recursos financeiros que ingressam durante o exercício e constituem elemento novo para o patrimônio público, a exemplo da receita advinda de compensações financeiras.
- b) A receita de contribuições sociais é recebida dentro da origem tributária, a qual compõe a categoria econômica corrente.
- c) As receitas de capital incluem as receitas de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária.
- d) O primeiro dígito da classificação por natureza identifica o órgão responsável pela arrecadação.
- e) O resultado do Banco Central e a remuneração das disponibilidades do Tesouro são classificados como receitas correntes.

54. A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, o que pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. De acordo com essa norma, assinale a alternativa correta.

- a) A realização de transferências voluntárias independe da regularidade fiscal do ente beneficiário, desde que prevista na lei orçamentária anual.
- b) Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes da Lei de Responsabilidade Fiscal, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e segurança.
- c) A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos em lei complementar, destinada ao atendimento de passivos

contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

- d) No caso de a Assembleia Legislativa não promover a limitação de empenho no prazo estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, é o Poder Executivo estadual autorizado a limitar os valores financeiros do Poder Legislativo segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.
- e) Salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional.

55. A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, o que pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. De acordo com essa norma, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei a despesas obrigatórias de caráter continuado.
- b) As operações de crédito por antecipação de receita realizadas por Estados ou Municípios serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.
- c) Integram a dívida flutuante todas as operações de crédito de prazo inferior a doze meses.
- d) Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos não integram a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites.
- e) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadriestre, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

ECONOMIA*Celso Natale*

56. A Curva de Possibilidades de Produção (CPP) é um instrumento analítico fundamental da Microeconomia. Considerando seus pressupostos e implicações, assinale a alternativa correta.

- a) Um deslocamento da CPP para fora pode ocorrer em razão do aumento da quantidade ou da produtividade dos fatores de produção, indicando maior capacidade produtiva da economia.
- b) Um ponto localizado fora da CPP representa uma situação de desemprego dos fatores de produção, compatível com economias em regime de laissez-faire.
- c) O formato linear da CPP reflete custos de oportunidade crescentes, decorrentes da especialização progressiva dos fatores de produção.
- d) A presença de peso morto em um mercado desloca a CPP para dentro, uma vez que reduz o excedente total da economia.
- e) A economia planificada, ao definir centralmente o que produzir, elimina os trade-offs representados pela CPP.

57. Considere os conceitos de elasticidade e a classificação dos bens na teoria microeconômica. Assinale a alternativa correta.

- a) A elasticidade-preço da demanda de bens de Giffen é positiva, pois o efeito substituição supera o efeito renda.
- b) A elasticidade-renda da demanda negativa caracteriza bens inferiores, enquanto valores positivos caracterizam bens normais.
- c) Bens complementares apresentam elasticidade cruzada da demanda positiva, pois o aumento do preço de um eleva a demanda do outro.
- d) A demanda perfeitamente inelástica implica que variações de preço não afetam a quantidade demandada nem a receita total.

e) A elasticidade-preço da oferta depende exclusivamente do grau de essencialidade do bem para o consumidor.

58. No âmbito da teoria da demanda, assinale a alternativa que corretamente associa o conceito à sua definição.

- a) Curva de Engel — relação entre preços e quantidades.
- b) Curva de indiferença — combinações com mesma utilidade.
- c) Restrição orçamentária — preferências do consumidor.
- d) Efeito-substituição — variação da renda real.
- e) Curva de demanda — relação entre renda e consumo.

59. Acerca do papel do Estado na economia e de suas funções econômicas, marque a alternativa incorreta.

- a) A função alocativa do Estado relaciona-se à provisão de bens públicos e à correção de falhas de mercado, como externalidades e assimetria de informações.
- b) A função distributiva busca promover maior equidade na distribuição de renda, valendo-se, entre outros instrumentos, da política tributária e dos gastos sociais.
- c) A função estabilizadora tem por objetivo suavizar flutuações do nível de atividade econômica, utilizando políticas fiscal e monetária.
- d) A existência de bens públicos caracteriza-se pela rivalidade no consumo e pela possibilidade de exclusão dos usuários não pagantes.
- e) O Estado regulador atua por meio de normas e fiscalização, enquanto o Estado produtor participa diretamente da atividade econômica.

2º Simulado Especial SEFAZ-RN (Auditor Fiscal de Receitas Estaduais) - 07/02/2026

- 60.** A respeito de conceitos de tributação, assinale a alternativa correta.
- a) Tributo ad valorem incide como valor fixo por unidade comercializada.
 - b) Tributo unitário incide como percentual sobre o valor da operação.
 - c) Impostos progressivos implicam aumento da alíquota média à medida que a base tributável cresce.
 - d) Impostos regressivos implicam aumento da alíquota média à medida que a renda aumenta.
 - e) Neutralidade tributária significa ausência de arrecadação pelo Estado.

CONTABILIDADE GERAL

Júlio Cardozo

- 61.** A contabilidade é uma ciência social aplicada que tem por finalidade estudar, controlar e evidenciar os fenômenos que afetam a situação patrimonial das entidades. Estão incluídos no objeto de estudo da contabilidade:

- I os administradores das entidades.
- II os investidores e credores.
- III os bens e direitos das entidades.
- IV as obrigações das entidades com terceiros e seus sócios.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item III está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

- 62.** Os ativos da entidade Mossoró S/A somaram, ao final de determinado exercício social, R\$ 18,9 milhões. No mesmo momento, o patrimônio líquido, antes da apuração do resultado do exercício, totalizava R\$ 0,9 milhão. O lucro do exercício foi de R\$ 0,6 milhão.

Nessas condições, os passivos da entidade, ao final do exercício, totalizaram:

- a) R\$ 19,8 milhões
- b) R\$ 19,5 milhões
- c) R\$ 18,9 milhões
- d) R\$ 18,0 milhões
- e) R\$ 17,4 milhões

- 63.** A respeito das contas de receitas e despesas, assinale a opção correta.

- a) As contas de receitas e despesas são contas patrimoniais e, por isso, mantêm seus saldos ao longo de vários exercícios.
- b) As contas de receitas possuem natureza devedora, enquanto as contas de despesas possuem natureza credora.
- c) As contas de receitas e despesas são contas de resultado e seus saldos são encerrados ao fim do período, sendo transferidos para uma conta transitória para apuração do crédito do período.
- d) Receitas são registros contábeis que, aumentam o passivo e aumentam o patrimônio líquido.
- e) Despesas representam, necessariamente, entradas de caixa que aumentam o ativo e elevam o resultado.

64. Uma sociedade empresária comercial, estabelecida no estado do Rio Grande do Norte (RN) e contribuinte do ICMS, elabora suas demonstrações de acordo com as normas contábeis em vigor. A entidade deve reconhecer contabilmente como despesa, no momento de sua ocorrência,

- a) ICMS devido na venda de mercadorias realizada no período.
- b) aquisição de ações em tesouraria, visando concluir um processo de reestruturação financeira.
- c) pagamento de aluguel do ponto comercial referente ao ano subsequente.
- d) recebimento de clientes por mercadorias a serem entregues no mês seguinte.
- e) desconto comercial incondicional obtido do fornecedor na compra de mercadorias.

65. Considere que uma sociedade empresária tenha quitado antecipadamente, por meio de transferência bancária, um título a pagar com valor nominal de R\$ 12.000. O fornecedor concedeu desconto financeiro de R\$ 240 pela antecipação. Assinale a opção que apresenta o lançamento contábil correto desse evento.

- a) Títulos a pagar (R\$ 12.000)
a Bancos (R\$ 11.760)
a Receitas financeiras – descontos obtidos (R\$ 240)
- b) Bancos (R\$ 11.760)
Receitas financeiras (R\$ 240)
a Títulos a pagar (R\$ 12.000)
- c) Títulos a pagar (R\$ 12.000)
Despesas financeiras (R\$ 240)
a Bancos (R\$ 12.240)
- d) Títulos a pagar (R\$ 11.760)
a Bancos (R\$ 11.760)

- e) Bancos (R\$ 12.000)
a Títulos a pagar (R\$ 12.000)

66. Assinale a opção correspondente a um evento que deve ser classificado como fato contábil misto.

- a) aquisição de um terreno, com pagamento de 50% do valor à vista e o restante a prazo.
- b) recebimento, em conta bancária, de clientes por vendas realizadas a prazo
- c) contratação de empréstimo bancário, com ingresso do valor em conta corrente
- d) reconhecimento da depreciação anual de máquinas do ativo imobilizado
- e) quitação de empréstimo bancário, em dinheiro, com pagamento simultâneo de juros vencidos

67. A empresa comercial Potiguar Varejo S.A., sediada em Mossoró/RN, adquiriu 8.000 unidades de mercadorias para revenda, tendo incorrido nos seguintes gastos:

- Preço de compra, por unidade: R\$ 7,50
- ICMS embutido no preço de compra, por unidade: R\$ 1,20
- Frete total das mercadorias adquiridas: R\$ 320,00
- Armazenamento total das mercadorias adquiridas: R\$ 960,00
- Gastos com a comercialização das mercadorias adquiridas: R\$ 640,00

A empresa revendeu a seus clientes todas as unidades adquiridas. Nessa situação, o custo das mercadorias vendidas (CMV) totalizou:

- a) R\$ 50.400,00
- b) R\$ 50.720,00
- c) R\$ 51.360,00
- d) R\$ 51.680,00
- e) R\$ 60.320,00

68. No encerramento do último exercício de uma sociedade que comercializa tablets e outros equipamentos de informática, o seu estoque continha 400 unidades de determinado modelo de tablet, registradas pelo valor contábil total de R\$ 1.040.000. O preço de comercialização desses tablets pela sociedade era, até esse momento, de R\$ 2.800 cada.

Depois de verificada queda significativa das vendas desse modelo, a sociedade fez pesquisa junto a outros revendedores e constatou que seria impossível vender esse produto por mais do que R\$ 2.200, por isso reduziu seu preço de venda para esse valor. O custo de comercialização de cada unidade do tablet é de R\$ 150. Ao mesmo tempo, o fornecedor informou que seu preço atual para venda no atacado é de R\$ 1.600.

Nessa situação hipotética, a empresa deve

- a) utilizar como custo unitário o atual preço de venda do fornecedor.
- b) utilizar como custo o atual preço de venda do fornecedor mais R\$ 150 de custos de comercialização.
- c) manter o atual custo histórico e apurar prejuízo nas vendas, se for o caso.
- d) reconhecer uma perda de valor realizável de R\$ 550 por tablet.
- e) reconhecer uma perda de valor realizável de R\$ 1.000 por tablet.

69. Ativo imobilizado é um item tangível mantido para uso na produção ou no fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a terceiros ou para fins administrativos, e que se espera utilizar por mais de um período. Considerando os critérios para mensuração de ativos imobilizados previstos no CPC 27, assinale a alternativa correta.

- a) Terrenos devem ser depreciados pelo método linear, uma vez que possuem vida útil indeterminada.

b) A depreciação tem por objetivo reconhecer a perda do valor de mercado do ativo imobilizado ao longo do tempo.

c) A vida útil de um ativo imobilizado pode ser definida tanto pelo período durante o qual a entidade espera utilizá-lo quanto pela quantidade de unidades que se espera obter com o seu uso.

d) A amortização é o procedimento aplicável aos ativos imobilizados tangíveis utilizados na atividade operacional da entidade.

e) Um item do ativo imobilizado deve ser mensurado inicialmente pelo valor justo, sempre que este for mais relevante que o custo.

70. A empresa Parnamirim S/A adquiriu, em 01/01/20X1, uma máquina destinada à produção pelo custo de R\$ 300.000. Na data da aquisição, a administração estimou:

- valor residual: R\$ 30.000;
- capacidade total de produção ao longo da vida útil: 1.500.000 unidades.

A entidade adota o método das unidades produzidas para fins de depreciação, em conformidade com as normas contábeis, e registra a depreciação pelo regime de competência.

A produção efetiva da máquina foi:

- 20X1: 200.000 unidades
- 20X2: 250.000 unidades
- 20X3: 150.000 unidades

Com base nessas informações, o valor contábil líquido da máquina ao final de 20X3, em reais, é:

- a) R\$ 162.000
- b) R\$ 192.000
- c) R\$ 198.000
- d) R\$ 210.000
- e) R\$ 222.000

71. Em 01/07/2025, a empresa Estratégia S.A. adquiriu uma licença de uso de software para gestão da produção, com vigência contratual de 6 anos. O preço de tabela era de R\$ 90.000,00, mas a entidade obteve desconto comercial de R\$ 8.000,00. Além disso, incorreram-se nos seguintes gastos:

- Imposto de importação (não recuperável): R\$ 6.000,00;
- Honorários de consultoria para instalação e integração do software aos sistemas da empresa: R\$ 5.500,00;
- Treinamento dos usuários do software: R\$ 4.000,00.

Conforme o correto tratamento dado para ativos intangíveis previstos no CPC 04, o valor do reconhecimento inicial da licença no ativo intangível, em 01/07/2025, é de, em reais:

- a) 82.000,00
- b) 87.500,00
- c) 93.500,00
- d) 95.500,00
- e) 98.000,00

72. No que se refere à mensuração de passivos, assinale a alternativa correta.

- a) Um passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tiver, na data do balanço, direito de diferir a sua liquidação por pelo menos doze meses após essa data.
- b) As contas a pagar comerciais e outras obrigações operacionais somente devem ser classificadas como passivo circulante quando o ciclo operacional normal da entidade for inferior a doze meses.
- c) Um passivo deve ser classificado como circulante apenas quando sua liquidação estiver prevista para ocorrer dentro do prazo de até doze meses após a data do balanço, independentemente do ciclo operacional da entidade.

d) Um passivo mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado deve ser classificado como passivo não circulante, salvo se houver expectativa de liquidação no curto prazo.

e) Quando o ciclo operacional normal da entidade não puder ser claramente identificado, os passivos operacionais devem ser classificados como não circulantes até que tal ciclo seja definido.

73. Considerando que uma plataforma de cursos online receba, à vista, uma quantia de seus clientes referente à venda de um plano anual de acesso a conteúdo e suporte, a ser disponibilizado ao longo dos 12 meses seguintes, assinale a opção que apresenta o registro contábil a ser feito pela plataforma no momento do recebimento.

- a) débito de caixa e crédito de uma conta de receita, pois o recebimento caracteriza realização imediata.
- b) débito de caixa e crédito de uma conta de patrimônio líquido, por se tratar de entrada definitiva de recursos
- c) débito de caixa e crédito de uma conta de passivo (receita antecipada)
- d) débito de uma conta de receita antecipada e crédito de caixa, pois há obrigação futura
- e) débito de uma conta do ativo não circulante e crédito de caixa, por se tratar de contrato de longo prazo.

2º Simulado Especial SEFAZ-RN (Auditor Fiscal de Receitas Estaduais) - 07/02/2026

74. Em 31/12/2025, a loja de eletrônicos Laranjeiras S/A possuía em estoque fones de ouvido contabilizados por R\$ 360.000. Em janeiro de 2026, a loja vendeu 75% desse estoque por R\$ 540.000, com recebimento previsto para o mês seguinte. A entidade estimava inadimplência de 4% e pagou aos vendedores uma comissão de 8% sobre o preço da venda. Além disso, para concretizar as vendas, a loja incorreu em gastos com a entrega de R\$ 15.000.

Assinale a opção que indica o lucro bruto apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício da loja, em janeiro de 2026.

- a) R\$ 180.000
- b) R\$ 187.500
- c) R\$ 195.900
- d) R\$ 270.000
- e) R\$ 352.500

75. As informações a seguir estão relacionadas a determinado ativo imobilizado da companhia aberta Currais Novos S/A, ao final de certo exercício social.

- valor contábil: R\$ 320.000
- valor justo: R\$ 305.000
- valor em uso: R\$ 295.000
- valor residual: R\$ 60.000
- despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda do ativo imobilizado: R\$ 8.000

Com base nos dados hipotéticos apresentados, é correto afirmar que o valor da perda por desvalorização do ativo em apreço é

- a) R\$ 0.
- b) R\$ 15.000.
- c) R\$ 23.000.
- d) R\$ 25.000.
- e) R\$ 68.000.

76. A sociedade anônima Ponta Negra S/A apurou, ao final do exercício, lucro líquido do exercício de R\$ 100.000. O capital social é de R\$ 800.000 e a Reserva Legal já constituída (saldo anterior) é de R\$ 158.000.

De acordo com a Lei nº 6.404/1976, o valor que deve ser destinado à Reserva Legal nesse exercício é:

- a) R\$ 0
- b) R\$ 2.000
- c) R\$ 5.000
- d) R\$ 8.000
- e) R\$ 10.000

77. Assinale a opção em que é indicado o evento contábil que é evidenciado na demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL) da organização e que representa um aumento do valor do patrimônio líquido durante o período coberto pela referida demonstração.

- a) aquisição de ações de emissão própria (ações em tesouraria)
- b) aumento de capital social mediante subscrição e integralização em dinheiro pelos acionistas
- c) aumento de capital social com a utilização de reservas de lucros
- d) reversão de reserva para contingências constituída em período anterior
- e) proposição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas

78. A seguir, são apresentados dados relativos às movimentações contábeis de uma sociedade comercial no último exercício contábil.

- lucro líquido do exercício: R\$ 210.000
- despesa de depreciação: R\$ 18.000
- dividendos pagos: R\$ 72.000
- aumento no saldo de créditos a receber: R\$ 40.000
- aumento no saldo dos estoques de mercadorias: R\$ 30.000
- aumento no saldo de bens de caráter permanente: R\$ 260.000
- redução no saldo de empréstimos bancários: R\$ 25.000
- aumento no saldo de contas a pagar: R\$ 55.000
- aumento no saldo de obrigações sociais e tributárias: R\$ 35.000
- aumento no capital social por integralização em dinheiro: R\$ 90.000

Considerando-se que essas são as informações necessárias e suficientes para fins de levantamento da demonstração de fluxos de caixa pelo método indireto e que a empresa adota a classificação encorajada pelo CPC 03, é correto afirmar que o caixa gerado/consumido pelas atividades de financiamento terá sido de:

- a) – R\$ 7.000
- b) R\$ 18.000
- c) R\$ 43.000
- d) R\$ 65.000
- e) R\$ 187.000

79. De acordo com o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, a presença de completude, neutralidade e ausência de erro, na medida do possível é condição necessária para que a informação contábil-financeira apresente a característica qualitativa denominada

- a) tempestividade.
- b) comparabilidade.

c) relevância.

d) capacidade de verificação.

e) representação fidedigna.

80. Assinale a opção em que é apresentado um recurso que atende às condições exigidas para enquadramento na definição de ativo, conforme o CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

- a) licença de uso de software adquirida e vigente, que permite à entidade operar um sistema essencial por mais 24 meses.
- b) galpão pertencente a terceiro, utilizado pela entidade por mera tolerância do proprietário, sem contrato e sem possibilidade de impedir a retomada do bem
- c) máquina totalmente sucateada, sem possibilidade econômica de reparo e sem valor de venda
- d) parque público mantido por entidade privada mediante termo de cooperação, sem direito de exploração econômica e sem poder de restringir o acesso de terceiros
- e) carta de intenção assinada para futura compra de equipamento, sem pagamento e sem obrigação contratual firme

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES**HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE***Marco Túlio*

81. A Capitania do Rio Grande, dada a João de Barros em 1535, integra o sistema de capitâncias hereditárias implantado por D. João III. Com base no caso da Capitania do Rio Grande, assinale a alternativa correta sobre as características do sistema de capitâncias donatárias no Brasil colonial.

- a) A Capitania do Rio Grande foi abandonada por João de Barros, que renunciou formalmente aos seus direitos após o naufrágio da primeira expedição, o que levou à incorporação imediata da capitania pela Coroa.
- b) O fracasso da colonização da Capitania do Rio Grande decorreu exclusivamente da incapacidade logística de seus donatários, sem interferência de fatores externos como resistência indígena.
- c) Mesmo sem pisar na capitania, João de Barros exerceu domínio político e econômico sobre o território, mantendo por décadas o controle formal da capitania e lucrando com a exploração de seus recursos.
- d) A carta de foral previa a obrigatoriedade de colonização imediata sob pena de perda da capitania, motivo pelo qual João de Barros foi destituído já na década de 1540.
- e) A Capitania do Rio Grande foi a única entre as capitâncias do Brasil colonial a ser entregue diretamente a um funcionário da Casa da Índia, o que explica seu rápido sucesso de povoamento.

82. No processo de interiorização da colonização portuguesa no Rio Grande colonial, os povos indígenas que habitavam os sertões resistiram à ocupação luso-brasileira. Contudo, a partir da década de 1690, algumas nações passaram a firmar acordos de paz com a Coroa portuguesa. A respeito da atuação desses grupos e das características desses tratados, assinale a alternativa correta.

- a) Os acordos de paz significavam a submissão irrestrita dos indígenas à Coroa portuguesa, que os transformava automaticamente em cativos, com obrigação de prestar trabalho forçado nas fazendas.
- b) A assinatura dos tratados de paz garantia aos indígenas terras localizadas no litoral, com proibição de ocupação das áreas sertanejas por colonos portugueses.
- c) Os tratados de paz firmados com alguns grupos incluíam compromissos militares e o direito de permanecer em suas terras, revelando estratégias políticas de negociação com a Coroa.
- d) As guerras entre indígenas e colonos terminaram após os acordos de paz, pois os tratados eram estáveis e cumpridos de ambas as partes ao longo do século XVIII.
- e) A resistência dos povos indígenas foi pouco expressiva diante do avanço da colonização nos sertões da capitania, tendo em vista sua pouca expressividade numérica e despreparo militar.

83. Durante o período colonial, a arrecadação de tributos na Capitania do Rio Grande era realizada por meio dos chamados autos de arrematação. Considerando as práticas econômicas e fiscais da época, assinale a alternativa correta sobre o funcionamento desse sistema na capitania.

- a) Os autos de arrematação transferiam à Câmara de Natal a obrigação de arrecadar os tributos reais diretamente dos produtores locais, sendo o lucro repassado integralmente à Fazenda Real.
- b) A arrecadação por contratos protegia os contratadores de riscos econômicos, já que a Coroa oferecia subsídios caso a produção local fosse afetada por secas ou guerras.
- c) Como forma de estímulo à economia, os contratos de arrematação da capitania eram limitados à cobrança de impostos sobre o açúcar e os dízimos da produção agrícola exportada.
- d) A dinâmica fiscal da capitania baseava-se na arrematação de contratos por lances públicos, e os contratadores lucravam com a diferença entre o valor pago no auto e o arrecadado dos produtores.
- e) Após a Provedoria ser instalada no Ceará em 1723, a arrecadação no Rio Grande passou a ser feita por agentes enviados da metrópole, eliminando os autos de arrematação.

84. Ao longo do século XX, os trabalhadores das salinas do Rio Grande do Norte, especialmente no município de Macau, desenvolveram formas próprias de organização coletiva diante das duras condições de trabalho e das transformações políticas do período. Considerando esse contexto histórico, assinale a alternativa correta.

- a) A sindicalização dos salineiros ocorreu de forma tardia, mas foi precedida por décadas de lutas, greves e organização coletiva, evidenciando que os trabalhadores já atuavam como sujeitos políticos antes do reconhecimento oficial de seus direitos.
- b) As associações de salineiros surgiram a partir da intervenção direta do Estado, não sendo registrados conflitos trabalhistas ou mobilizações

contra as empresas salineiras antes desse processo.

c) O reconhecimento do sindicato dos trabalhadores do sal eliminou os conflitos sociais, estabelecendo uma relação harmoniosa entre operários, empresários e autoridades públicas.

d) A partir do século XIX, o trabalho nas salinas caracterizou-se pela mecanização intensa, que garantiram melhores condições para os trabalhadores.

e) As organizações sindicais dos salineiros rejeitaram qualquer diálogo com as organizações governamentais, recusando-se a atuar dentro das regras institucionais impostas pelo trabalhismo.

85. Durante as grandes secas do século XIX, especialmente a de 1877, as autoridades provinciais do Rio Grande do Norte adotaram medidas para enfrentar os impactos sanitários e sociais da calamidade. Sobre essas ações, assinale a alternativa correta.

- a) Os socorros públicos combinaram medidas emergenciais de caráter sanitário e assistencial, incluindo vacinação contra a varíola, distribuição de alimentos e isolamento de doentes considerados contagiosos.
- b) A atuação das comissões de socorros públicos priorizou exclusivamente a repressão aos saques, deixando em segundo plano as ações de saúde e assistência alimentar.
- c) A Constituição de 1824 estabelecia critérios detalhados e universais para a distribuição dos socorros públicos, garantindo acesso igualitário a toda a população atingida pelas secas.
- d) As autoridades provinciais rejeitaram a vacinação antivariólica, considerada ineficaz e inadequada para o combate às epidemias durante as secas.
- e) O enfrentamento das epidemias ocorreu majoritariamente no interior da província, onde se concentravam os hospitais, lazaretos e serviços médicos especializados.

86. O ataque liderado por Lampião a Mossoró, em junho de 1927, foi um marco na história da cidade. As ações de defesa organizadas e o papel desempenhado pela imprensa revelam importantes elementos do contexto político e social do período. Considerando esse episódio e suas repercussões, assinale a alternativa correta.

- a) A inexistência de aparato policial facilitou a entrada dos cangaceiros na cidade, causando a espoliação de seus habitantes pelos membros do bando de Lampião.
- b) Os jornais construíram uma imagem de Mossoró como cidade moderna e oposta ao coronelismo, mesmo que houvesse contradições e discursos seletivos em suas narrativas.
- c) Os jornais construíram uma imagem de Mossoró como cidade moderna e oposta ao coronelismo, mesmo que houvesse contradições e discursos seletivos em suas narrativas.
- d) A imprensa local buscou a representação do fenômeno do cangaço de maneira imparcial, a partir de relatos que prezaram pela objetividade.
- e) Apesar da grande importância dada pela imprensa à época, o episódio foi apagado da memória da população mossoroense após o término do conflito.

87. Na década de 1920, o Rio Grande do Norte vivenciou intensas disputas políticas que expressaram o desgaste da Primeira República e culminaram no movimento de 1930. Considerando esse contexto no Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta.

- a) A crise política potiguar resultou da combinação entre rachas intraoligárquicos, repressão às oposições lideradas por Café Filho e articulação local com o movimento nacional de 1930, culminando na fuga de Juvenal Lamartine antes da chegada das tropas federais.
- b) A instabilidade política no Rio Grande do Norte decorreu principalmente da vitória eleitoral da Aliança Liberal no estado, que garantiu amplo

apoio popular a Getúlio Vargas e inviabilizou a continuidade do governo oligárquico seridoense.

- c) As tensões que levaram ao movimento de 1930 no estado limitaram-se a disputas internas entre facções da elite local, sem participação de lideranças oposicionistas nem vínculos com articulações políticas de alcance nacional.
- d) A deposição do governo estadual ocorreu somente após a chegada das tropas revolucionárias comandadas por Juarez Távora, tendo em vista a desorganização das oposições civis potiguares na articulação do movimento.
- e) A Aliança Liberal no Rio Grande do Norte apresentou unidade política e ideológica, reunindo apenas setores conservadores dissidentes das oligarquias, sem divergências internas quanto à condução do poder após 1930.

88. Durante a Segunda Guerra Mundial, a costa do Rio Grande do Norte, em especial a cidade de Natal, desempenhou um papel central para a atuação dos Aliados. Com base no texto, assinale a alternativa que melhor expressa os impactos da guerra sobre a cidade e sua população.

- a) Diante da neutralidade do governo brasileiro durante todo o conflito, Natal permaneceu como ponto de observação das movimentações navais no Atlântico.
- b) A cidade de Natal foi pouparada dos efeitos da guerra pela sua distância dos principais fronts, permanecendo inalterada a rotina dos cidadãos.
- c) A ocupação norte-americana limitou-se à instalação de uma base aérea sem causar mudanças relevantes na dinâmica urbana da cidade.
- d) A aliança entre Brasil e Alemanha fortaleceu a defesa de Natal contra ataques norte-americanos durante a guerra.
- e) A presença dos Estados Unidos em Natal provocou transformações sociais, econômicas e culturais, com modernização urbana, aumento populacional, blackouts e tensões cotidianas durante a guerra.

89. O Censo 2022 do IBGE revelou importantes transformações na presença indígena no Rio Grande do Norte. Entre os dados destacam-se a distribuição geográfica, a desigualdade no acesso a serviços básicos e o reconhecimento de comunidades por meio da autodeclaração. Com base nessas informações e no movimento indígena potiguar contemporâneo, assinale a alternativa correta sobre os povos indígenas no estado.

- a) A maioria dos indígenas potiguares reside nas zonas urbanas, o que reflete o padrão observado em todo o Nordeste e indica o abandono das áreas tradicionais de ocupação rural.
- b) Apesar da invisibilização histórica, a mobilização do movimento indígena impulsionou o reconhecimento de comunidades tradicionais e a retomada de suas identidades.
- c) As comunidades indígenas do Rio Grande do Norte foram reconhecidas em sua totalidade, com todos os seus territórios demarcados e acesso a serviços públicos essenciais.
- d) A autodeclaração como indígena no Censo 2022 exigia documentação formal e comprovação fundiária por parte das comunidades respondentes.
- e) O Censo 2022 demonstrou queda na população indígena no Rio Grande do Norte, evidenciando um processo de aculturação e desaparecimento dessas comunidades.

90. A Constituição de 1988 garantiu às comunidades quilombolas o direito à propriedade definitiva das terras que ocupam. No Rio Grande do Norte, existem mais de 60 comunidades identificadas, mas muitos são os desafios para a garantia de seus direitos básicos. Com base no processo histórico, político e burocrático descrito sobre essas comunidades no Estado, assinale a alternativa correta sobre os desafios e características desse reconhecimento.

- a) A lentidão na titulação das terras quilombolas no Rio Grande do Norte se deve, entre outros fatores, à burocracia, à falta de recursos estatais e à pressão de interesses econômicos sobre os territórios.
- b) A certificação pela Fundação Palmares é suficiente para garantir automaticamente a titulação das terras quilombolas no Rio Grande do Norte.
- c) O direito à terra das comunidades quilombolas é garantido mediante comprovação escrita da ocupação centenária do território, o que limita a titulação no Rio Grande do Norte.
- d) O reconhecimento de uma comunidade quilombola depende da aprovação do IBAMA, FUNAI e Ministério da Justiça, sem a necessidade de estudos técnicos antropológicos.
- e) A titulação das terras no Rio Grande do Norte avançou significativamente desde 2020, com dezenas de comunidades já tituladas e inseridas em programas públicos de desenvolvimento rural.

ASPECTOS GEOECONÔMICOS DO RIO GRANDE DO NORTE*Priscila Lima*

91. O Rio Grande do Norte consolidou nas últimas décadas uma matriz energética fortemente renovável, com participação majoritária de fontes eólica e solar. Em 2025, o estado avançou legal e institucionalmente ao institucionalizar um marco regulatório para o setor de **hidrogênio verde**, que é obtido por eletrólise da água utilizando eletricidade proveniente de fontes renováveis. Esse componente energético é visto como vetor de transição energética e de atração de investimentos de longo prazo, com potencial para integrar cadeias produtivas de baixo carbono e contribuir à descarbonização industrial.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) O hidrogênio verde é produzido por meio de combustíveis fósseis com captura de carbono no processo, o que reduz sua intensidade de emissão em comparação ao hidrogênio cinza tradicional.
- b) A legislação estadual sobre hidrogênio verde cria incentivos legais para promover a produção e o uso de energia a partir de fontes renováveis, além de fomentar colaboração em pesquisa e mercado interno.
- c) A produção de hidrogênio verde no estado não se beneficia da matriz elétrica local, já que a eletricidade renovável é insuficiente e majoritariamente exportada para outros estados.
- d) O desenvolvimento do hidrogênio verde no Rio Grande do Norte ocorre independentemente de políticas públicas ou programas específicos, sendo impulsionado apenas por iniciativas privadas de tecnologia limpa.
- e) A tecnologia de hidrogênio verde é idêntica à do hidrogênio cinza, diferenciando-se apenas pela origem do insumo de água, sem relação com a fonte de energia utilizada.

92. A pesca é uma atividade tradicional e economicamente relevante no litoral do Rio Grande do Norte, com forte ligação com o mercado internacional. Em 2025, o setor enfrentou desafios expressivos devido à imposição de tarifas elevadas por parte dos Estados Unidos.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A exportação de pescado do RN para os Estados Unidos foi drasticamente afetada por tarifas de importação, com queda de cerca de 80% no volume exportado; entre os principais produtos estão o atum fresco de padrão nobre, peixe-espada (meca) e outros peixes oceânicos.
- b) Os municípios com tradição pesqueira no RN estão no interior do estado, destacando-se Assu e Mossoró, que concentram a maior parte da exportação de pescado devido à sua proximidade com o mercado consumidor e estrutura para a produção em cativeiro.
- c) O impacto nas exportações de pescado tem sido mitigado pelo fato de que o mercado europeu absorve a maior parte da produção potiguar, tornando o setor pouco dependente dos Estados Unidos, entretanto, as tarifas de 2025 inverteram essa prioridade de exportação.
- d) A pesca no RN destina-se majoritariamente ao consumo interno, não possuindo tradição de exportação nem ligação com mercados internacionais, o que limita seu efeito sobre emprego e renda. Tal cenário está relacionado à inexistente infraestrutura portuária.
- e) As tarifas aplicadas pelos Estados Unidos não alteraram a dinâmica produtiva nem a localização espacial das atividades pesqueiras, já que a maioria dos embarques continua fluindo normalmente para aquele mercado, entretanto, houve uma redução das relações diretas com a Europa.

93. Considerando o cenário da carcinicultura potiguar, assinale a alternativa correta.

- a) A carcinicultura no RN concentra-se majoritariamente no interior semiárido, aproveitando solos cristalinos elevados e a baixa umidade relativa do ar para reduzir doenças nos viveiros.
- b) A principal área de expansão da carcinicultura potiguar localiza-se no litoral oriental úmido, onde rios perenes de grande vazão favorecem viveiros de água doce em regiões serranas.
- c) A atividade se espacializa sobretudo em planícies costeiras e estuarinas do litoral setentrional, como nos municípios de Areia Branca, Grossos, Guamaré e Macau, aproveitando águas salobras e terrenos planos próximos ao mar.
- d) A carcinicultura distribui-se de forma homogênea por todo o território potiguar, sem concentração regional, devido à ampla adaptabilidade dos viveiros artificiais.
- e) A produção de camarão no RN ocorre principalmente em áreas urbanas litorâneas densamente ocupadas, onde há maior oferta de mão de obra e infraestrutura industrial pesada.

94. A mineração no Rio Grande do Norte apresenta uma pauta diversificada de minerais explorados, combinando substâncias industriais, rochas ornamentais e minerais metálicos, com diferentes graus de expressão por região. A atividade ocorre em diversas frentes, desde lavras de calcário, feldspato, caulim e rochas ornamentais até operações de tungstênio e ouro em áreas específicas. Essa distribuição produtiva influencia a configuração territorial da mineração e os potenciais de desenvolvimento econômico regional.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A mineração potiguar é fortemente concentrada no litoral norte do estado, onde a extração de carvão mineral e diamantes constitui a principal fonte de renda mineral, concentrando-se sobretudo em municípios como Touros e São Miguel do Gostoso.
- b) A mineração no Rio Grande do Norte se limita à extração de areia para construção civil, setor que vem apresentando ampliação no PIB do estado. Tal contexto, indica um consumo maior no mercado interno.
- c) A extração de petróleo e gás natural no Rio Grande do Norte se tornou altamente rentável, logo substituiu totalmente a mineração de minerais sólidos, indicando que atividades como caulim, feldspato e calcário deixarão de ser economicamente relevantes no território estadual.
- d) A maior produção mineral do estado em termos de volume é de calcário, usado principalmente pela indústria cimenteira, concentrada nos municípios do Seridó e adjacências, enquanto outros minerais como feldspato e caulim também são explorados em áreas como Currais Novos e Parelhas.
- e) A produção mineral do Rio Grande do Norte consiste em água mineral engarrafada, o que explica a concentração de lavras exclusivamente em municípios serranos com nascentes artesianas, sem presença significativa de minerais industriais.

95. Sobre a cadeia produtiva da fruticultura no Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta

- a) Tem como principais produtos o melão, a melancia, a manga e o mamão (“4 Ms”), com municípios como Mossoró, Baraúna e Vale do Açu em posições de destaque; grande parte da produção é exportada para mercados europeus, com o Porto de Natal desempenhando papel operacional importante na logística de frutas frescas.
- b) A produção frutícola do RN concentra-se principalmente em frutas cítricas de clima temperado, como uvas e maçãs, cultivadas nos municípios serranos e com destino preferencial ao mercado interno; as exportações são residuais e não dependem de infraestrutura portuária especializada.
- c) O destaque da fruticultura irrigada do estado é o melão e está restrito ao abastecimento estadual, sem ligação significativa com mercados nacionais ou internacionais, fruto da inexistência de portos e terminais logísticos de grande magnitude e tecnologia para acesso ao mercado europeu.
- d) O estado é maior produtor de laranja do país; a produção, no geral, é realizada por pequenas propriedades familiares isoladas, sem arranjos produtivos ou inserção em cadeias exportadoras, o que limita a atuação em mercados além do local; destaca-se o Vale do Açu como grande centro produtor.
- e) A fruticultura potiguar é dominada pela produção de frutas para processamento industrial (suco e polpa), com seus principais destinos concentrados em mercados asiáticos, já que a infraestrutura dificulta embarques significativos de frutas frescas para a Europa.

96. A produção de sal marinho no Rio Grande do Norte não se explica por um único fator. Ela resulta da combinação entre condições naturais favoráveis, organização territorial do parque salineiro no litoral setentrional, modernização do processo produtivo e infraestrutura logística que conecta as salinas aos principais mercados consumidores do país e do exterior.

Considerando essa realidade, assinale a alternativa correta.

- a) A liderança potiguar se deve principalmente à alta pluviosidade e à elevada umidade do ar no litoral, que mantêm as salmouras estáveis por longos períodos, reduzindo a necessidade de tanques extensos.
- b) O principal centro produtor potiguar é Natal, pois o porto da capital concentra a maior parte do embarque do sal in natura e do sal industrializado em contêineres para o restante do país.
- c) O domínio do RN decorre essencialmente da existência de rochas cristalinas permeáveis, que aceleram a infiltração e “concentram” a salmoura, reduzindo o tempo de evaporação necessário para a cristalização.
- d) A produção potiguar combina clima de elevada evaporação e baixa pluviosidade com solo argiloso/impermeável em áreas estuarinas; o sal in natura é escoado por estrutura portuária dedicada no litoral de Areia Branca, enquanto parte relevante do sal industrializado conteinerizado tende a usar logística portuária fora do estado.
- e) As salinas localizadas no alto estuário têm vantagem logística e produtiva em longas estiagens, pois captam água mais salgada com maior facilidade do que as salinas próximas ao mar, reduzindo a necessidade de manejo e reaproveitamento de salmoura.

2º Simulado Especial SEFAZ-RN (Auditor Fiscal de Receitas Estaduais) - 07/02/2026

97. A produção de petróleo e gás natural no Rio Grande do Norte está fortemente associada à Bacia Potiguar e apresenta uma clara diferenciação espacial entre áreas terrestres (onshore) e marítimas (offshore). Essa organização territorial resulta de condicionantes geológicos, históricos e logísticos, concentrando os maiores volumes produtivos em determinados municípios do litoral norte e do interior setentrional. Considerando essa dinâmica, assinale a alternativa correta.

- a) A maior parte da produção potiguar ocorre no offshore profundo, com destaque para áreas afastadas da costa, enquanto os municípios do interior praticamente não participam da atividade petrolífera.
- b) A produção mais significativa de petróleo e gás concentra-se em áreas onshore do litoral setentrional e do interior próximo, com municípios como Mossoró, Areia Branca, Guamaré e Macau desempenhando papel central.
- c) A produção potiguar está quase integralmente no litoral oriental, próxima à capital, devido à maior profundidade das bacias sedimentares nessa porção do território.
- d) A exploração de petróleo no RN ocorre exclusivamente em terra firme, não havendo produção marítima relevante ao longo da costa.
- e) A principal área produtora do estado situa-se no alto sertão central, distante do litoral e das planícies sedimentares, onde predominam rochas cristalinas favoráveis à acumulação de hidrocarbonetos.

98. Considerando essa organização espacial do turismo potiguar, assinale a alternativa correta.

- a) O turismo do RN concentra-se quase exclusivamente na capital, não havendo polos relevantes fora da área urbana principal nem efeitos econômicos significativos no interior ou no litoral sul.
- b) Polos como Natal, Tibau do Sul e Baía Formosa concentram grande parte do fluxo turístico e impulsionam redes de serviços ligadas ao lazer, hotelaria e gastronomia ao longo do litoral.
- c) Os principais destinos turísticos do RN localizam-se no sertão central, onde predominam o turismo de inverno e a visitação a áreas serranas de clima ameno.
- d) A atividade turística potiguar baseia-se prioritariamente em turismo industrial e de negócios pesados, com pouca relação com paisagens naturais ou serviços recreativos.
- e) Apesar do aumento do número de visitantes, o turismo não exerce impacto relevante sobre o setor de serviços, que permanece dependente quase exclusivamente do comércio atacadista.

99. No Rio Grande do Norte, a agricultura familiar e a agricultura comercial convivem no espaço rural, mas apresentam características distintas em termos de produção, concentração de terras, organização produtiva e integração a mercados externos. Conhecendo essa realidade do estado, assinale a alternativa correta

- a) A agricultura familiar representa cerca de 80% dos estabelecimentos rurais, opera predominantemente em pequenas áreas e foca na produção diversificada de alimentos básicos, enquanto a agricultura comercial concentra terras maiores e destaca culturas irrigadas como melão e outras frutas voltadas em parte para exportação.
- b) A agricultura comercial é exclusivamente voltada à produção de grãos de baixa renda, como soja e trigo, cenário criado pela expansão da fronteira agrícola que, além de aspectos econômicos, precisa ser considerada ambientalmente.
- c) Na agricultura familiar potiguar, a concentração de terras é mais alta do que na agricultura comercial, com estabelecimentos maiores e predominância de monoculturas para exportação, especialmente na fruticultura irrigada – com destaque para o melão.
- d) Os produtos de destaque na agricultura familiar do estado são commodities internacionais (como café e soja) com forte participação em exportações para Europa e EUA, enquanto a agricultura comercial é dominada por produção de subsistência.
- e) No RN, a agricultura comercial detém, em número de estabelecimentos, mais da metade do total rural, sendo a agricultura familiar irrelevante em termos de unidades produtivas, realidade que também confirma o predomínio em termos de extensão territorial.

100. A energia eólica tornou-se um dos pilares da transição energética no Nordeste, com destaque para o Rio Grande do Norte, que reúne elevada geração anual e forte densidade de empreendimentos. Ao mesmo tempo, o avanço para a eólica offshore introduz novos desafios: maior complexidade tecnológica e logística,

necessidade de avaliação ambiental mais abrangente (meio físico, biótico e social) e exigência de planejamento de rede para escoamento.

Considerando a realidade no Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta

- a) A eólica offshore tende a apresentar menor produtividade do que a onshore porque o ambiente marinho impõe maior rugosidade ao vento, reduzindo a velocidade média e aumentando a turbulência.
- b) Como turbinas offshore ficam afastadas de áreas habitadas, o licenciamento ambiental costuma ser dispensável, limitando-se a autorizações municipais simplificadas sem condicionantes de monitoramento.
- c) O avanço da eólica offshore está associado à instalação de um sítio de testes em Areia Branca com um projeto prevê dois aerogeradores a cerca de 15–20 km da costa.
- d) A liderança do RN na geração eólica elimina a necessidade de reforços de transmissão, pois a intermitência do vento impede que a produção supere a capacidade das linhas, tornando improvável qualquer restrição operativa.
- e) A eólica é uma fonte despachável, isto é, pode gerar energia sob comando contínuo do operador, independentemente do regime natural; por isso, não exige planejamento de complementariedade com outras fontes e com a rede.

AUDITORIA

Guilherme Sant'Anna

101. No contexto da auditoria, a materialidade está relacionada, principalmente,

- a) ao valor absoluto das distorções identificadas, independentemente do contexto.
- b) ao volume de transações processadas no período auditado.
- c) ao percentual fixado sobre a receita bruta da entidade.
- d) à avaliação quantitativa, não envolvendo aspectos qualitativos.
- e) à possibilidade de que distorções influenciem decisões econômicas dos usuários.

102. As informações utilizadas pelo auditor para fundamentar sua opinião são denominadas

- a) evidências de auditoria.
- b) papéis de trabalho.
- c) julgamentos profissionais.
- d) conclusões de auditoria.
- e) registros contábeis.

103. Testes de observância têm como principal finalidade

- a) confirmar saldos contábeis.
- b) detectar fraudes relevantes.
- c) avaliar a eficácia operacional dos controles internos.
- d) substituir testes substantivos.
- e) recalcular registros contábeis.

104. O risco de auditoria é composto pelos riscos

- a) inerente, de controle e de detecção.
- b) de controle, de fraude e operacional.
- c) inerente, de amostragem e de detecção.
- d) de detecção, de conformidade e legal.
- e) de controle, de evidência e residual.

105. A confirmação externa caracteriza-se por ser evidência

- a) exclusivamente interna.
- b) obtida diretamente da administração.
- c) obtida junto a terceiros independentes.
- d) menos confiável que inspeção documental.
- e) restrita à auditoria contábil privada.

106. Quando os procedimentos analíticos identificam flutuações atípicas, o auditor deve

- a) investigar as variações por meio de procedimentos adicionais.

b) substituir todos os testes por confirmações externas.

c) concluir automaticamente pela existência de erro.

d) ajustar os saldos sem necessidade de evidência adicional.

e) desconsiderar o resultado se não houver fraude aparente.

107. Na auditoria em ambiente altamente automatizado, é correto afirmar que

- a) controles automatizados dispensam testes substantivos.
- b) procedimentos substantivos são sempre suficientes isoladamente.
- c) a ausência de documentação física elimina a necessidade de testes.
- d) testes de controles podem ser necessários para obter evidência suficiente.
- e) logs de sistema substituem evidência de auditoria.

108. A materialidade de desempenho tem como finalidade

- a) reduzir a probabilidade de distorções não detectadas superarem a materialidade global.
- b) substituir a materialidade global.
- c) eliminar o risco de auditoria.
- d) definir o valor mínimo de cada lançamento contábil.
- e) limitar o julgamento profissional do auditor.

109. A evidência de auditoria é considerada adequada quando relacionada à

- a) quantidade de evidência obtida.
- b) natureza estatística do teste.
- c) extensão da amostra.
- d) materialidade aplicada.
- e) relevância e confiabilidade.

110. No contexto das estimativas contábeis, o viés da administração pode indicar

- a) erro aritmético irrelevante.
- b) conservadorismo aceitável.
- c) falha de controle interno sem impacto.
- d) possível distorção relevante decorrente de fraude ou erro.
- e) eliminação do risco de auditoria.

111. A trilha de auditoria adequada em ambiente fiscal digital pressupõe

- a) conciliação entre documentos fiscais, escrituração digital e registros contábeis.
- b) verificação apenas da NF-e.
- c) análise exclusiva da EFD.
- d) confiança plena no ERP.
- e) substituição da contabilidade pela EFD.

112. A limitação imposta pela administração que impede obtenção de evidência suficiente pode levar, conforme o caso, à emissão de

- a) opinião adversa ou não modificada.
- b) relatório sem opinião.
- c) parágrafo de ênfase obrigatório.
- d) parágrafo de outros assuntos.
- e) opinião com ressalva ou abstenção.

113. Quando o auditor identifica transações significativas com partes relacionadas não divulgadas, deve

- a) emitir ressalva automática.
- b) presumir fraude.
- c) encerrar os testes.
- d) reconsiderar riscos e aplicar procedimentos adicionais.
- e) aceitar justificativa verbal.

114. A confiabilidade da evidência é maior quando

- a) obtida informalmente.
- b) gerada internamente sem controles.
- c) obtida externamente ou diretamente pelo auditor.
- d) baseada em estimativas.
- e) verbal.

115. A opinião adversa é apropriada quando

- a) há limitação de escopo relevante.
- b) existem distorções relevantes e generalizadas.
- c) a administração não coopera.
- d) há incerteza relevante divulgada.
- e) controles internos são ineficazes.

116. O ceticismo profissional exige que o auditor

- a) presuma fraude.
- b) aceite explicações verbais.
- c) mantenha postura questionadora.
- d) elimine julgamento profissional.
- e) evite confrontos.

117. A data do relatório do auditor deve ser

- a) anterior à obtenção de evidência.
- b) posterior à aprovação das demonstrações.
- c) coincidente com o encerramento do exercício.
- d) definida arbitrariamente.
- e) posterior à obtenção de evidência apropriada e suficiente.

118. Em auditoria fiscal realizada em indústria de grande porte, o auditor identificou crescimento real de 18% na receita bruta, aumento de apenas 4% no consumo físico de insumos críticos e elevação expressiva do crédito apropriado de ICMS sobre entradas. Simultaneamente, observou-se mudança relevante na composição do estoque final e utilização recorrente de CFOPs de industrialização por encomenda.

Considerando a NBC TA 315, a NBC TA 520 e os conceitos de contabilidade de custos, assinale a opção correta quanto à resposta inicial adequada do auditor.

- a) Concluir pela razoabilidade dos registros, pois o crescimento de receita justifica, por si só, maior apropriação de créditos fiscais.
- b) Priorizar exclusivamente a observação física de estoques, pois procedimentos analíticos não se aplicam à auditoria fiscal.
- c) Tratar a variação como anomalia não representativa, dispensando procedimentos adicionais por envolver múltiplos fatores econômicos.
- d) Desenvolver expectativas independentes relacionando volume físico, estrutura de custos, créditos fiscais e margens, direcionando testes substantivos específicos.
- e) Redefinir materialidade para patamar mais elevado, a fim de evitar conclusões distorcidas por variações setoriais.

119. Em auditoria de contribuinte varejista, o auditor constatou reiterada incorporação de ICMS recuperável ao custo dos estoques, com reflexos diretos no CMV, na margem bruta e na base de cálculo do IRPJ e da CSLL. A administração sustenta que a prática é irrelevante sob a ótica fiscal estadual.

À luz da contabilidade societária, da legislação tributária e das NBC TA, é correto afirmar que o auditor deve

- a) restringir sua análise ao ICMS, pois reflexos em tributos federais extrapolam o escopo da auditoria fiscal.
- b) avaliar os efeitos cruzados da distorção sobre resultado, estoques e tributos, considerando materialidade quantitativa e qualitativa.
- c) aceitar a prática, desde que o procedimento seja consistente ao longo dos exercícios.
- d) ajustar exclusivamente o estoque final, sem impacto no resultado do período.
- e) tratar o achado apenas como falha de controle interno, sem necessidade de ajustes.

120. Na auditoria de créditos acumulados de ICMS, o auditor decidiu utilizar amostragem não estatística direcionada a operações de maior valor e a contribuintes economicamente relevantes.

À luz da NBC TA 530, essa decisão é

- a) vedada, pois compromete a representatividade da amostra.
- b) aceitável, desde que fundamentada em risco, materialidade e julgamento profissional.
- c) permitida apenas se combinada com amostragem aleatória simples.
- d) inadequada em auditoria fiscal, sendo restrita à auditoria contábil independente.
- e) válida somente para testes de controles, não para testes substantivos.

2º Simulado Especial SEFAZ-RN (Auditor Fiscal de Receitas Estaduais) - 07/02/2026

121. Em auditoria de empresa industrial, o auditor identificou capitalização de custos de ociosidade e despesas administrativas no custo de produção, com impacto relevante no valor dos estoques e na apuração do ICMS.

Considerando a doutrina contábil e as normas de auditoria, o procedimento mais adequado é

- a) recalcular o ICMS devido sem revisar a composição do custo.
- b) aceitar a capitalização se houver política contábil formal aprovada pela administração.
- c) testar corte, reprecificar itens, revisar rateios e avaliar conformidade da capitalização com o conceito de custo por absorção.
- d) restringir a análise ao estoque final, pois despesas do período não afetam tributos indiretos.
- e) solicitar laudo técnico e, na sua ausência, encerrar os testes.

122. Ao revisar os papéis de trabalho, o supervisor identificou que a equipe concluiu pela inexistência de distorções relevantes em receitas, mas não documentou as expectativas independentes utilizadas nos procedimentos analíticos.

Segundo as NBC TA, essa situação indica

- a) falha meramente formal, sem impacto na conclusão.
- b) insuficiência de evidência, ainda que a conclusão esteja correta.
- c) quebra de independência profissional.
- d) necessidade de emissão de ressalva no relatório.
- e) impossibilidade de uso de procedimentos analíticos em auditoria fiscal.

123. Em auditoria fiscal, o auditor concluiu que determinada incerteza relevante relacionada à continuidade operacional foi adequadamente divulgada nas demonstrações e não compromete a base contábil adotada.

Nesse caso, o relatório do auditor deve conter

- a) opinião com ressalva.
- b) opinião adversa.
- c) abstenção de opinião.
- d) opinião não modificada com parágrafo de outros assuntos.
- e) opinião não modificada com parágrafo que aborde a incerteza relevante.

124. Durante a auditoria, a administração impôs limitação ao acesso a documentos fiscais relevantes, inviabilizando procedimentos alternativos suficientes. Os possíveis efeitos são relevantes e generalizados.

À luz da NBC TA 705, o auditor deve

- a) emitir opinião com ressalva.
- b) emitir opinião adversa.
- c) emitir opinião não modificada com ênfase.
- d) abster-se de opinar.
- e) encerrar o trabalho sem relatório.

125. Em auditoria do CIAP de empresa industrial, o auditor analisa a apropriação mensal do crédito de ICMS relativo à aquisição de uma máquina destinada ao processo produtivo, registrada no ativo imobilizado pelo valor de R\$ 3.600.000, à alíquota efetiva de 17%.

Considerando a situação hipotética apresentada e a sistemática de apropriação do CIAP, é correto afirmar que, sendo o crédito total de R\$ 612.000, a apropriação mensal

- a) é de R\$ 12.750, ao longo de 48 meses, observada a proporção de utilização do bem no processo produtivo e eventuais ajustes decorrentes de saídas isentas ou não tributadas.
- b) pode ser efetuada livremente dentro dos 48 meses subsequentes à aquisição, conforme a conveniência financeira do contribuinte.
- c) ocorre integralmente no primeiro mês, desde que o bem esteja disponível para uso e gere receitas tributadas.
- d) deve ser realizada em 96 parcelas mensais de R\$ 6.375, quando o bem não atingir plena capacidade produtiva nos primeiros exercícios.
- e) limita-se a 24 parcelas mensais de R\$ 25.500, quando o imobilizado for adquirido novo e diretamente do fabricante.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Eduardo Mocellin

126. Uma instituição financeira de fomento ao empreendedorismo oferece aos seus clientes dois modelos de financiamento para a modernização de parques industriais. O consultor financeiro da instituição deve orientar os novos empresários sobre as características dos regimes de capitalização disponíveis para a amortização de dívidas. Sobre as definições técnicas e as práticas de mercado relativas aos juros simples e compostos, a afirmação correta é:

- a) No regime de juros simples, a taxa de juros incide sobre o capital inicial e não ocorre a contagem de juros sobre juros, sendo que o rendimento gerado a cada intervalo de tempo é fixo e inversamente proporcional ao valor principal aplicado.
- b) No regime de juros simples, a taxa de juros sofre variações lineares conforme o tempo decorrido, incidindo sobre o saldo devedor atualizado de cada período, o que torna o juro constante e proporcional ao capital aportado.
- c) No regime de juros compostos, a taxa de juros é aplicada sobre o montante acumulado no período imediatamente anterior, caracterizando o fenômeno de juros sobre juros, sendo esta a modalidade mais frequente nas transações financeiras contemporâneas.
- d) No regime de juros compostos, a taxa incide exclusivamente sobre o valor presente original, e sua aplicação é predominante em relação aos juros simples, que são a base dos empréstimos bancários de longo prazo por serem mais onerosos ao devedor.
- e) Nos dois regimes de capitalização, o crescimento do montante ocorre de forma exponencial, sendo que a única distinção relevante entre eles reside na periodicidade da capitalização, que é mensal no regime simples e anual no regime composto.

127. José investiu R\$ 200.000,00 em uma carteira diversificada de fundos imobiliários (FIIs) durante um semestre, alcançando uma rentabilidade sobre o investimento de 56%. Sabendo que, no mesmo intervalo de tempo, a inflação registrou uma variação de 4%, a afirmação correta sobre esse cenário é:

- a) o ganho nominal absoluto foi de R\$ 100.000,00.
- b) o ganho real absoluto foi de R\$ 112.000,00.
- c) a taxa de rentabilidade real do investimento foi de 50%.
- d) a taxa de rentabilidade nominal do investimento foi de 52%.
- e) a taxa de rentabilidade efetiva do investimento foi de 60%.

128. Uma empresa de tecnologia possui uma licença de software pendente junto a um fornecedor internacional. O cronograma de pagamentos acordado prevê seis parcelas mensais consecutivas e iguais de R\$ 10.000,00, com a primeira parcela a ser paga daqui a 5 meses (instante 5), conforme ilustrado no fluxo de caixa a seguir.



A empresa deseja liquidar toda a dívida hoje (instante zero). Sabendo que a taxa de juros aplicada pelo fornecedor é de 1,5% ao mês, sob o regime de capitalização composta, assinale a alternativa que representa, em reais, o valor que a empresa deverá desembolsar no instante zero.

Se necessário, utilize as seguintes aproximações:

- $1 - (1,015)^{-6} \cong 5,6972 \times 0,015$
- $(1,015)^{-4} \cong 0,9422$

- a) 52.885,74.
 b) 56.961,21.
 c) 53.885,73.
 d) 53.679,02.
 e) 56.972,00.

129. Um investidor adquiriu um maquinário industrial no valor de R\$ 24.000,00 por meio de um financiamento a ser quitado em 5 parcelas mensais, fixas e sucessivas, com o primeiro vencimento para 30 dias após a assinatura do contrato. O banco utiliza o sistema francês de amortização (Tabela Price). Sabe-se que os saldos devedores desse financiamento, logo após a quitação da primeira e da segunda parcela, são de R\$ 19.434,00 e R\$ 14.753,85, respectivamente.

O valor dos juros contidos na segunda prestação paga pelo investidor, em reais, é:

- a) 388,68

- b) 583,02
 c) 368,85
 d) 544,20
 e) 485,85

130. Dois modelos de produção de energia, mutuamente exclusivos, exigem o mesmo aporte de capital inicial de R\$ 120.000,00 e possuem o mesmo tempo de operação previsto. Os fluxos de caixa estimados, que representam a economia gerada em reais, são apresentados na tabela a seguir:

Período	Modelo X	Modelo Y
Ano 1	22.800,00	8.000,00
Ano 2	40.000,00	30.000,00
Ano 3	90.000,00	90.000,00
Ano 4	60.000,00	72.000,00
Ano 5	(12.800,00)	0,00

Com base exclusivamente nessas informações, é correto afirmar que

- a) o valor presente líquido do modelo X é negativo.
- b) a taxa interna de retorno do modelo X é superior à do modelo Y.
- c) ambos os modelos apresentam a mesma rentabilidade.
- d) o valor presente líquido do modelo Y é superior ao do modelo X.
- e) a taxa interna de retorno do modelo Y é superior à do modelo X.

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

131. Na SEFAZ RN, em uma confraternização de fim de ano, o mestre de Estatística e curioso CH perguntou aos novos auditores a idade de cada um. Percebeu que a média aritmética e a moda (unimodal) das idades 34, 36, 37, 39, 39, 40, M são iguais.

Portanto, CH calculou que o cubo da idade M é igual a:

- a) 103823.
- b) 97.336
- c) 91125.
- d) 64000.
- e) 110592.

132. Supondo-se que os valores acima são amostrais, então a variância amostral dos valores é igual a:

- a) 10
- b) 20
- c) 25
- d) 30
- e) 35

133. Geograficamente, 40% das empresas autuadas pela SEFAZ PR ficam em Curitiba(capital), enquanto o restante fica no interior. Em um grupo de 10 empresas autuadas, a probabilidade de que exatamente 3 fiquem na capital é igual a:

- a) $(0,4)^7 \cdot (0,6)^3$
- b) $(0,4)^3 \cdot (0,6)^7$
- c) $120 \cdot (0,4)^3 \cdot (0,6)^7$
- d) $120 \cdot (0,4)^7 \cdot (0,6)^3$
- e) $0,40 \times 0,60$

134. Em uma amostra aleatória de 100 empresas, o valor médio das receitas mensais foi de R\$ 60.000, com desvio padrão amostral de R\$ 10.000.

Admitindo normalidade e utilizando nível de confiança de 95% ($z = 1,96$), o intervalo de confiança para a média populacional é:

- a) (58.040; 61.960)
- b) (59.000; 61.000)
- c) (56.080; 63.920)
- d) (58.000; 62.000)
- e) (59.020; 60.980)

135. Em um recipiente escuro há cinco celulares, iguais na forma, porém dois são do tipo A e três são do tipo B. No escuro, Renatinha retirou dois celulares do recipiente.

A probabilidade de que Renatinha tenha retirado dois celulares do mesmo tipo é igual a:

- b) 30%.
- c) 40%.
- d) 50%.
- e) 60%.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO*Emanuelle Gouveia*

136. No contexto da fluência em dados nas organizações, qual alternativa expressa corretamente um de seus atributos centrais, responsável por transformar informações em suporte efetivo à tomada de decisão?

- a) Capacidade de interpretar dados de forma crítica, considerando qualidade, contexto, vieses e limitações antes de utilizá-los em decisões.
- b) Domínio avançado de linguagens de programação para automação de análises estatísticas.
- c) Habilidade exclusiva de operar plataformas de visualização de dados corporativos.
- d) Foco prioritário no armazenamento seguro e na governança técnica dos bancos de dados.
- e) Capacidade de coletar dados em grande escala, independentemente de sua utilidade analítica.

137. Uma organização pode ser considerada realmente fluente em dados quando seus profissionais:

- a) Produzem grandes quantidades de relatórios automatizados em ciclos frequentes.
- b) Utilizam dados para formular hipóteses, interpretar evidências, comunicar insights e embasar decisões estratégicas de forma consciente.
- c) Centralizam todas as análises em equipes técnicas especializadas, sem envolvimento das áreas de negócio.
- d) Priorizam exclusivamente indicadores históricos, evitando análises interpretativas.
- e) Mantêm foco predominante na infraestrutura tecnológica de dados.

138. Em programas de fluência em dados, a adoção de métricas inadequadas pode comprometer a interpretação dos resultados e induzir decisões equivocadas. Considerando os princípios conceituais dessa competência organizacional, qual alternativa não está alinhada ao uso correto de métricas em ambientes orientados a dados?

- a) Definir indicadores coerentes com os objetivos estratégicos e com os fenômenos que se deseja compreender.
- b) Avaliar continuamente a qualidade, a confiabilidade e as limitações dos dados que alimentam as métricas.
- c) Utilizar métricas como suporte à comunicação de resultados e à tomada de decisão informada.
- d) Contextualizar os indicadores para evitar interpretações simplistas ou distorcidas dos dados.
- e) Priorizar métricas automáticas geradas por sistemas analíticos, mesmo quando não possuem relação direta com os objetivos do negócio.

139. No contexto de pipelines analíticos e ambientes orientados a dados, a etapa de transformação de dados é fundamental para garantir qualidade e utilidade da informação. Conceitualmente, qual alternativa descreve de forma mais adequada o papel dessa etapa?

- a) Armazenar dados brutos em repositórios centralizados para posterior consulta.
- b) Converter, limpar, padronizar e estruturar os dados de modo que se tornem consistentes, integráveis e apropriados para análise e uso organizacional.
- c) Coletar dados diretamente das fontes operacionais em tempo real.
- d) Aplicar exclusivamente técnicas de visualização para facilitar a interpretação dos dados.
- e) Gerenciar permissões de acesso e políticas de segurança da informação.

140. Em arquiteturas analíticas modernas, a decisão sobre onde e quando executar a transformação de dados (antes ou após o armazenamento em repositórios analíticos) afeta diretamente desempenho, governança e flexibilidade de análise. Considerando esse contexto técnico, qual alternativa expressa corretamente um trade-off associado à transformação tardia (após o carregamento dos dados brutos)?

- a) Elimina a necessidade de controle de qualidade, pois os dados permanecem íntegros em sua forma original.
 - b) Reduz a flexibilidade analítica ao impor esquemas rígidos desde a ingestão.
 - c) Aumenta a transparência e reprocessabilidade dos dados, porém pode exigir maior capacidade computacional nas camadas analíticas.
 - d) Impede auditorias sobre dados históricos por sobre escrever versões anteriores.
 - e) Garante melhor desempenho em consultas sem impacto em custos operacionais.
-

141. Em processos de análise de dados aplicados ao apoio à decisão, técnicas de agrupamento, identificação de tendências e realização de projeções cumprem papéis distintos, porém complementares. Considerando essas abordagens analíticas, marque a alternativa que descreve corretamente uma relação conceitual entre elas em ambientes orientados a dados:

- a) O agrupamento organiza observações com características semelhantes, a análise de tendências identifica padrões de comportamento ao longo do tempo, e as projeções utilizam esses padrões para estimar cenários futuros com base em dados históricos.
- b) O agrupamento substitui a análise temporal, tornando desnecessária a identificação de tendências.
- c) As tendências são obtidas exclusivamente por projeções matemáticas, sem necessidade de análise histórica.
- d) As projeções consistem apenas na classificação de dados em grupos previamente definidos.
- e) O agrupamento é utilizado somente para visualização, sem impacto analítico relevante.

142. Sob a ótica conceitual de analytics, marque a alternativa que representa corretamente o elemento que diferencia o uso analítico dos dados de uma simples produção de informações:

- a) A geração automática de relatórios periódicos com indicadores operacionais.
- b) O armazenamento centralizado de grandes volumes de dados históricos.
- c) A visualização gráfica de resultados sem interpretação crítica.
- d) A transformação de dados em insights por meio de análise sistemática, interpretação contextual e apoio direto à tomada de decisão.
- e) A coleta contínua de dados transacionais em tempo real.

143. Um sistema corporativo ajusta automaticamente seus modelos preditivos à medida que novos dados de clientes são incorporados, melhorando gradualmente a acurácia das previsões sem reprogramação explícita. Do ponto de vista conceitual, essa característica indica que o sistema:

- a) Opera apenas com regras fixas previamente definidas por especialistas humanos.
- b) Realiza exclusivamente automação de processos sem uso de técnicas inteligentes.
- c) Executa análises descritivas sem adaptação a novos padrões de dados.
- d) Depende de intervenção manual constante para recalibrar seus parâmetros.
- e) Emprega aprendizado de máquina como abordagem central dentro do campo mais amplo da inteligência artificial.

144. Um modelo de PLN apresenta bom desempenho em tarefas de classificação de textos curtos, mas passa a cometer erros frequentes quando analisa frases longas com pronomes ambíguos e múltiplos sentidos possíveis para a mesma palavra. Essa limitação está mais diretamente associada a dificuldades em:

- a) realizar a coleta automática de grandes volumes de dados textuais.
- b) capturar dependências contextuais e relações semânticas ao longo da sequência linguística.
- c) converter textos para formatos numéricos compatíveis com algoritmos de aprendizado.
- d) aplicar técnicas de normalização, como remoção de stopwords e lematização.
- e) armazenar vocabulários extensos em estruturas computacionais eficientes.

145. Em uma organização, cada área de negócio mantém autonomia sobre seus próprios dados, porém as decisões estratégicas sobre padrões de qualidade, políticas de acesso e conformidade são tomadas por um comitê com representantes de TI, jurídico e unidades operacionais. À luz dos modelos de governança de dados, essa estrutura caracteriza-se predominantemente como:

- a) governança centralizada, com controle concentrado em uma única área técnica.
- b) governança descentralizada plena, sem coordenação institucional.
- c) governança compartilhada, baseada apenas em acordos informais entre setores.
- d) governança colegiada, na qual decisões estratégicas são definidas por instâncias coletivas representativas.
- e) governança operacional, focada exclusivamente na administração de infraestrutura de dados.

146. Em um projeto de ciência de dados, dois modelos estatísticos distintos são treinados com os mesmos algoritmos, porém utilizando bases informacionais diferentes: uma com dados consistentes, atualizados e contextualizados, e outra com registros incompletos, imprecisos e sem padronização. Considerando os fundamentos da ciência de dados, qual resultado é tecnicamente mais esperado dessa diferença informacional?

- a) O desempenho dos modelos tende a ser semelhante, pois os algoritmos compensam automaticamente falhas nos dados.
- b) A base de menor qualidade pode gerar modelos com maior acurácia por conter maior volume de registros.
- c) A qualidade da informação influencia diretamente a confiabilidade dos modelos, tornando os resultados do primeiro conjunto mais robustos e interpretáveis.
- d) A diferença informacional afeta apenas o tempo de processamento, não os resultados analíticos.
- e) A relevância da informação é secundária, desde que os algoritmos utilizados sejam sofisticados.

147. Durante um projeto de ciência de dados, uma equipe obtém modelos com boa acurácia nos testes iniciais, porém percebe, após a implantação, que os resultados deixam de refletir o comportamento real do negócio ao longo do tempo, exigindo revisões frequentes. Essa situação indica falha mais diretamente associada a qual etapa do ciclo de vida do processo de ciência de dados?

- a) Compreensão do problema, por definição inadequada dos objetivos analíticos iniciais.
- b) Preparação dos dados, por ausência total de limpeza e padronização.
- c) Modelagem, por escolha incorreta dos algoritmos estatísticos.
- d) Avaliação e monitoramento contínuo, por não acompanhar degradação de desempenho e mudanças nos dados.
- e) Coleta de dados, por insuficiência de volume amostral.

148. Sob uma perspectiva conceitual comparativa, marque a alternativa que expressa corretamente a relação do Big Data com a Ciência de Dados e o Analytics:

- a) Big Data substitui integralmente a ciência de dados, eliminando a necessidade de modelagem analítica.
- b) Big Data refere-se apenas ao armazenamento de grandes volumes de dados, sem vínculo com processos analíticos.
- c) Big Data atua como infraestrutura e ecossistema de processamento em larga escala que viabiliza análises avançadas realizadas por disciplinas como ciência de dados e analytics.
- d) Big Data é sinônimo de business intelligence tradicional baseado em relatórios estáticos.
- e) Big Data limita-se à coleta de dados, sendo incompatível com técnicas estatísticas e de aprendizado de máquina.

149. Em um projeto de ciência de dados voltado à previsão de demanda, os modelos apresentam bom desempenho estatístico, porém os resultados não são incorporados aos processos decisórios da empresa, pois não refletem regras operacionais, restrições de negócio nem indicadores estratégicos. Essa falha está mais diretamente associada à atuação insuficiente de qual papel no projeto:

- a) Engenheiro de dados, por não otimizar a infraestrutura de armazenamento distribuído.
- b) Cientista de dados, por não aplicar algoritmos de maior complexidade matemática.
- c) Analista de negócios (ou especialista de domínio), por não traduzir necessidades organizacionais em requisitos analíticos e interpretar os resultados no contexto do negócio.
- d) Administrador de banco de dados, por não garantir alta disponibilidade dos sistemas.
- e) Desenvolvedor de software, por não automatizar a visualização dos relatórios.

150. Um pipeline analítico em nuvem processa grandes volumes de dados distribuídos e, subitamente, passa a apresentar alto custo computacional nas análises exploratórias, apesar de o armazenamento permanecer escalável e estável. A investigação técnica indica que os dados estão sendo continuamente transferidos entre a plataforma de processamento e o serviço de armazenamento remoto. Das alternativas abaixo, marque a que indica a decisão arquitetural que tende a reduzir esse gargalo de forma mais consistente:

- a) Migrar todo o armazenamento para servidores locais on-premises.
- b) Substituir o processamento distribuído por consultas manuais em planilhas.
- c) Aumentar apenas a capacidade de rede entre os serviços em nuvem.
- d) Eliminar a etapa de armazenamento e manter somente os dados em memória.

e) Integrar plataformas de Big Data que processem dados próximos ao cloud storage, minimizando movimentação desnecessária.

151. Marque a alternativa que reflete corretamente uma característica estrutural da linguagem Python:

- a) Tipagem exclusivamente estática, exigindo declaração prévia do tipo de todas as variáveis.
- b) Compilação antecipada obrigatória para geração de código binário nativo antes da execução.
- c) Uso de chaves {} para definição de blocos lógicos, como em linguagens da família C.
- d) Tipagem dinâmica aliada à verificação em tempo de execução, permitindo maior flexibilidade na manipulação de dados.
- e) Imutabilidade padrão de todas as estruturas de dados da linguagem.

152. Após migrar de um banco relacional tradicional para um banco NoSQL orientado a documentos, a equipe observa maior flexibilidade de esquema e melhor desempenho em cargas distribuídas. Essa mudança é tecnicamente explicada principalmente pelo fato de que bancos NoSQL:

- a) eliminam completamente a necessidade de índices para consultas eficientes.
- b) impõem esquemas rígidos previamente definidos para garantir integridade referencial.
- c) utilizam exclusivamente transações ACID completas em todas as operações.
- d) armazenam dados apenas em estruturas tabulares normalizadas.
- e) adotam modelos de dados flexíveis e arquitetura distribuída, favorecendo escalabilidade e adaptação a dados heterogêneos.

153. De acordo com o Teorema CAP, marque a alternativa correta:

- a) Bancos NoSQL sempre sacrificam disponibilidade para manter integridade transacional total.
- b) Sistemas NoSQL eliminam completamente problemas de latência em ambientes distribuídos.
- c) Projetos NoSQL precisam escolher quais propriedades priorizar, aceitando compromissos entre consistência imediata e disponibilidade contínua.
- d) Bancos NoSQL são incompatíveis com replicação de dados entre nós.
- e) Arquiteturas NoSQL operam exclusivamente em servidores centralizados para evitar falhas.

154. Após a ocorrência de uma falha inesperada de energia em um servidor Oracle, um DBA observa que determinadas transações confirmadas não foram perdidas, enquanto operações ainda não finalizadas foram automaticamente revertidas no momento da recuperação da instância. Esse comportamento ocorre porque o Oracle:

- a) utiliza mecanismos de redo logs e controle de transações para garantir durabilidade das operações confirmadas e rollback das não confirmadas.
- b) armazena todas as transações exclusivamente em memória volátil até o encerramento do banco.
- c) executa backups completos a cada transação concluída.
- d) elimina automaticamente registros antigos para liberar espaço após falhas.
- e) depende apenas de replicação externa para recuperação de dados.

155. De acordo com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), é correto afirmar que:

- a) o tratamento é sempre permitido quando realizado por órgãos públicos, independentemente de finalidade.
- b) o consentimento do titular constitui uma das bases legais possíveis, desde que seja livre, informado e inequívoco.
- c) a existência de interesse econômico da empresa é suficiente para legitimar qualquer tratamento de dados.
- d) dados pessoais podem ser tratados sem restrições sempre que estiverem disponíveis na internet.
- e) a LGPD exige autorização judicial prévia para todo tipo de tratamento de dados pessoais.

156. Um titular de dados pessoais solicita a exclusão definitiva de seus registros junto a uma empresa privada que mantém informações necessárias para cumprimento de obrigação legal de retenção fiscal. À luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), é correto afirmar que a empresa:

- a) deve eliminar imediatamente todos os dados, independentemente de exigências legais externas.
- b) somente poderá manter os dados se houver novo consentimento do titular.
- c) está proibida de conservar qualquer dado pessoal após solicitação de exclusão.
- d) deve anonimizar obrigatoriamente todos os dados antes de qualquer retenção.
- e) pode manter os dados pelo período exigido por obrigação legal ou regulatória, mesmo diante do pedido de exclusão.

157. Considerando os princípios que orientam os serviços públicos digitais modernos, marque a alternativa que expressa corretamente uma diretriz essencial desse modelo:

- a) Priorizar exclusivamente o atendimento presencial para garantir segurança jurídica.
- b) Restringir o acesso digital apenas a usuários previamente cadastrados em órgãos governamentais.
- c) Oferecer serviços centrados no cidadão, com simplificação de processos, interoperabilidade entre sistemas e acesso digital contínuo.
- d) Digitalizar formulários mantendo integralmente as mesmas etapas burocráticas físicas.
- e) Concentrar dados e serviços sem integração entre órgãos para preservar autonomia administrativa.

10. ACESSO À INFORMAÇÃO. 10.1 LEI N° 12.527/2011 E DECRETO N° 7.724/2012. 11. SERVIÇOS PÚBLICOS DIGITAIS.

Antônio Daud

158. Assinale a alternativa que mencione pedido de acesso à informação que será atendido pela Administração:

- a) pedido genérico.
- b) pedido desarrazoado.
- c) pedido que exija trabalho adicional de consolidação de dados.
- d) pedido que indicar os motivos determinantes da solicitação.
- e) pedido que demande serviço de tratamento de dados que não seja da competência do órgão demandado.

159. De acordo com a Lei do Governo Digital (Lei federal 14.129/2021), NÃO é garantido aos usuários da prestação digital de serviços públicos:

- a) indicação de canal preferencial de comunicação com o prestador público para o recebimento de notificações, de mensagens, de avisos e de outras comunicações relativas à prestação de serviços públicos e a assuntos de interesse público.
- b) custo módico na tarifa de acesso às Plataformas de Governo Digital.
- c) padronização de procedimentos referentes à utilização de formulários.
- d) recebimento de protocolo das solicitações apresentadas, tanto fisicamente quanto em meio digital.
- e) atendimento nos termos da respectiva Carta de Serviços ao Usuário.

160. Considerando o disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), assinale a alternativa correta:

- a) Não se admite a negativa de acesso à informação necessária à tutela judicial de direitos fundamentais, regra não aplicável à tutela administrativa destes direitos.
- b) As informações que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos poderão ser objeto de classificação no grau secreto.
- c) informação que ofereça risco mitigado à estabilidade monetária do país é passível de classificação como sigilosa.
- d) É de 20 anos o prazo máximo do sigilo para informações classificadas como secretas.
- e) Transcorrido o prazo de classificação, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público, sem a necessidade de ato formal reclasificando-a.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO TRIBUTÁRIO I - GERAL***Fernando Maurício*

161. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) É constitucional a instituição, por parte da União, Estados, DF e Municípios, de taxa de prevenção e combate a incêndios.
- II-) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- III-) Os Estados e o Distrito Federal poderão instituir contribuição para o custeio, a expansão e a melhoria do serviço de iluminação pública e de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I, II e III.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) III.

162. São características do Imposto Seletivo, de Competência da União, conforme previsão Constitucional, exceto:

- a) incidirá sobre as exportações e sobre as operações com energia elétrica e com telecomunicações.
- b) incidirá uma única vez sobre o bem ou serviço.
- c) não integrará sua própria base de cálculo.
- d) integrará a base de cálculo do IBS.
- e) poderá ter o mesmo fato gerador e base de cálculo de outros tributos.

163. Entre as situações abaixo, a única que, necessariamente, se submete ao Princípio da Legalidade é:

- a) Redução e restabelecimento de alíquota da CIDE-Combustíveis.
- b) Fixação de alíquota do ICMS-Monofásico sobre combustíveis.
- c) Alteração da alíquota do IOF.
- d) Alteração da alíquota do IR.
- e) Alteração de Prazo de Recolhimento de Tributo.

164. Conforme regramento constitucional sobre o princípio da não-surpresa, não faz parte das exceções elencadas pelo legislador constituinte para o princípio da anterioridade nonagesimal:

- a) Majoração de alíquota de Imposto de Importação.
- b) Majoração de alíquota de Imposto de Renda.
- c) Instituição de Empréstimo Compulsório para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública.
- d) Instituição de Impostos Extraordinários de Guerra.
- e) Majoração de alíquota de Imposto sobre Produtos Industrializados.

165. Em relação aos conceitos, classificações, princípios e imunidades tributários, indique a alternativa correta.

- a) Pode o Presidente da República editar, em caso de relevância e urgência, medida provisória, com força de lei, para instituir imposto sobre grandes fortunas.
- b) A União, os Estados, e o Distrito Federal, poderão instituir, na iminência ou no caso de guerra externa, Impostos extraordinários de Guerra.
- c) O Imposto Territorial Rural - ITR, de competência da União, não incidirá sobre pequenas glebas rurais, quando as explore o proprietário que não possua outro imóvel.
- d) Alíquotas “*ad valorem*” são aquelas que incidem sobre uma unidade de medida específica.
- e) Livros digitais e os equipamentos eletrônicos destinados à sua leitura são imunes à incidência de tributos.

166. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

I-) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas máximas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.

II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.

III-) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser superiores às previstas para as operações interestaduais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

167. A lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo:

- a) à situação econômica do sujeito ativo.
- b) ao erro ou ignorância inexcusáveis do sujeito passivo, quanto a matéria de fato.
- c) a considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso.
- d) à diminuta importância da obrigação tributária.
- e) ao interesse do sujeito passivo.

168. Em relação à Responsabilidade Tributária, à Luz do CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) O sucessor responde apenas pelos tributos devidos pelo de cujus que tenham sido lançados até a data do falecimento.
- II-) Como regra, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para

modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

III-) No caso de Responsabilidade Solidária, salvo disposição de lei em contrário, o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) I e II, apenas
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

169. Conforme atual entendimento dos Tribunais Superiores, julgue os itens a seguir:

I-) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

II-) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

III-) O consumidor final de serviço de telecomunicações não tem legitimidade ativa para solicitar a restituição tributária de valor indevidamente recolhido referente ao ICMS incidente sobre o fornecimento do serviço.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

170. O comércio ABC Ltda., era devedora de ICMS, cujo Fato Gerador ocorreu no dia 05/05/2025, e cujo respectivo recolhimento deveria ocorrer até o dia 10/06/2025. Ocorre que somente no dia 12/06/2025 a empresa declarou ao Fisco seu débito de ICMS no valor de R\$300.000,00, e efetuou o respectivo pagamento.

Em fiscalização de rotina, o Fisco Estadual identificou que, na verdade, o valor de ICMS devido pela empresa era de R\$400.000,00

Diante do exposto, assinale a alternativa correta:

- a) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$100.000,00, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele que o lançamento poderia ter efetuado.
- b) Há um prazo decadencial para o Fisco lançar a diferença de R\$100.000,00, a contar do Fato Gerador da Obrigaçāo.
- c) Há um prazo decadencial para o Fisco cobrar a diferença de R\$100.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.
- d) Há um prazo prescricional para a Fazenda Pública cobrar a diferença de R\$100.000,00, a contar da data da declaração ao Fisco.
- e) Não é caso nem de decadência e nem de prescrição, estando o sujeito passivo apenas aguardando a homologação do pagamento.

171. O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e, sempre, o dos corresponsáveis, bem como, sendo o caso, o domicílio ou a residência de um e de outros.
- b) a maneira de calcular a quantia devida.
- c) a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado.
- d) a data em que foi extinta.
- e) sempre, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

172. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
 - II-) Desde que ocorra a regular inscrição em dívida ativa, e não sendo reservados bens ao pagamento desta dívida, presume-se como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública.
 - III-) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.
- Está correto o que se afirma apenas em:
- a) II.
 - b) I e II.
 - c) II e III.
 - d) I, II e III.
 - e) I.

173. A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, julgue os itens a seguir:

- I-) A dívida tributária, ainda que não inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- II-) A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
- III-) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

174. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.
- II-) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.
- III-) Não é vedada a divulgação de informações relativas a parcelamentos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

175. Em relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU, indique a alternativa correta.

- a) É inconstitucional a fixação de adicional progressivo do imposto predial e territorial urbano em função do número de imóveis do contribuinte.
- b) O IPTU não pode ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, ainda que conforme critérios estabelecidos em lei municipal.
- c) A adoção do IPTU progressivo no tempo é a última medida a ser tomada pelo Poder Público no caso do não cumprimento da função social da propriedade urbana.
- d) A restrição à utilização da propriedade referente à área de preservação permanente em parte do imóvel urbano afasta a incidência do IPTU.
- e) A partir da EC 29/00, o IPTU não poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.

176. Nos termos do sistema constitucional tributário brasileiro, a disciplina normativa destinada a prevenir e solucionar conflitos de competência tributária entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deve ser veiculada por meio de

- a) decisão do Supremo Tribunal Federal.
- b) ato do Poder Judiciário, no exercício da função jurisdicional.
- c) resolução administrativa do Senado Federal.
- d) lei complementar.
- e) decreto-lei editado pelo Chefe do Poder Executivo.

177. À luz das normas do Código Tributário Nacional acerca da aplicação da lei tributária no tempo, admite-se a retroatividade da lei a ato ou fato pretérito

- a) em qualquer hipótese, quando a lei possua natureza interpretativa, inclusive para fins de imposição de penalidades.
- b) ainda que o ato esteja definitivamente julgado, quando a lei deixe de defini-lo como infração ou estabeleça penalidade menos severa.
- c) tratando-se de ato não definitivamente julgado, quando a lei deixe de considerá-lo contrário a exigência de ação ou omissão, desde que não tenha havido fraude nem falta de pagamento de tributo.
- d) sempre que a lei modificar a definição, o conteúdo ou o alcance de institutos, conceitos e formas de direito tributário.
- e) quando houver decisão administrativa com eficácia normativa, independentemente de previsão legal expressa.

178. Considerando as causas interruptivas do prazo prescricional para a ação de cobrança do crédito tributário previstas no Código Tributário Nacional, julgue os itens a seguir:

- I - O protesto judicial interrompe a prescrição.
II - O despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal não interrompe a prescrição, sendo necessária a efetiva citação do devedor.
III - Qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor, suspende a prescrição.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

179. À luz das disposições do Código Tributário Nacional relativas à anistia tributária, assinale a alternativa correta.

- a) somente pode ser concedida em caráter individual e condicionado, sendo vedada a sua instituição de forma geral.
- b) não alcança infrações resultantes de condutas praticadas com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo.
- c) configura hipótese de extinção do crédito tributário regularmente constituído, extinguindo o montante principal e os acréscimos legais.
- d) aplica-se às infrações praticadas após a entrada em vigor da lei concessiva, por se tratar de benefício fiscal de natureza prospectiva.
- e) pode ser instituída por decreto do Poder Executivo, desde que haja previsão genérica em lei autorizadora.

180. A sociedade empresária XYZ Ltda foi formalmente notificada pela Fazenda Pública Estadual para, no prazo de 15 dias contados do recebimento da notificação, efetuar o pagamento

de valores de ICMS não declarados e não recolhidos.

No oitavo dia subsequente ao recebimento da notificação, a empresa necessitou comprovar sua regularidade fiscal para fins de participação em procedimento licitatório, requerendo a expedição de certidão perante o Fisco estadual.

Considerando exclusivamente as normas do Código Tributário Nacional, a Administração Tributária deverá expedir

- a) certidão negativa de débitos tributários.
- b) certidão positiva de débitos tributários.
- c) certidão positiva com efeitos de negativa.
- d) certidão negativa com efeitos de positiva.
- e) certidão de dívida ativa.

DIREITO TRIBUTÁRIO II – REFORMA TRIBUTÁRIA

Fábio Dutra

181. Acerca das regras constitucionais sobre o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), é correto afirmar:

- a) O IBS será não cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direito, ou de serviço.
- b) O IBS será não cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre todas as operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direito, ou de serviço, sendo que foram excetuadas as operações consideradas de uso ou consumo pessoal.
- c) O IBS será cumulativo nas operações com bens imateriais.
- d) O IBS será não cumulativo, mas não haverá direito ao crédito nas operações com bens de capital.
- e) O IBS será não cumulativo, compensando-se o imposto devido pelo contribuinte com o montante cobrado sobre operações consideradas de uso ou consumo pessoal.

182. Sobre as vedações constitucionais aplicáveis ao Imposto sobre Bens e Serviços, conforme o art. 156-A, § 1º, da CF/88, analise os itens a seguir:

- I. O IBS não integrará sua própria base de cálculo, integrando apenas a base de cálculo da CBS.
- II. O IBS não será objeto de concessão de incentivos e benefícios financeiros ou fiscais relativos ao imposto ou de regimes específicos, diferenciados ou favorecidos de tributação, excetuadas as hipóteses previstas na Constituição.
- III. O IBS não incidirá nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I, II e III.

183. De acordo com a Constituição Federal, lei complementar disporá sobre diversos aspectos. Assinale a alternativa que indica corretamente um dos temas que DEVERÁ ser regulamentado por lei complementar:

- a) A fixação das alíquotas próprias do IBS de cada ente federativo.
- b) As regras para a distribuição do produto da arrecadação do IBS.
- c) A criação de novos impostos estaduais.
- d) A definição das competências tributárias dos Municípios.
- e) A instituição de empréstimos compulsórios pelos Estados.

184. Lei complementar disporá sobre o regime de compensação do IBS, podendo estabelecer hipóteses em que o aproveitamento do crédito ficará condicionado à verificação do efetivo

recolhimento do imposto. Essa condicionalidade poderá ocorrer desde que:

- a) O adquirente possa efetuar o recolhimento do imposto incidente nas suas aquisições de bens ou serviços ou o recolhimento do imposto ocorra na liquidação financeira da operação.
- b) O fornecedor comprove o recolhimento do imposto nas operações anteriores.
- c) A operação seja realizada entre contribuintes do mesmo Estado.
- d) O valor da operação seja superior ao limite estabelecido pela Receita Federal.
- e) Seja autorizado previamente pelo Comitê Gestor do IBS.

185. Sobre os temas que devem ser tratados em lei complementar, especificamente sobre o IBS, é incorreto afirmar:

- a) Lei complementar disporá sobre a forma e o prazo para resarcimento de créditos acumulados pelo contribuinte.
- b) Lei complementar disporá sobre os critérios para a definição do destino da operação, que poderá ser o local da entrega, da disponibilização ou da localização do bem, ou o da prestação ou da disponibilização do serviço, ou o do domicílio ou da localização do adquirente ou destinatário do bem ou serviço.
- c) Lei complementar disporá sobre a forma de desoneração da aquisição de bens de capital pelos contribuintes, que poderá ser implementada por meio de crédito integral e imediato do imposto, diferimento ou redução em 100% das alíquotas do imposto.
- d) Lei complementar disporá sobre as hipóteses de diferimento e desoneração do imposto aplicáveis aos regimes aduaneiros especiais e às zonas de processamento de exportação.
- e) Lei complementar disporá sobre o processo administrativo fiscal do IBS, devendo estabelecer prazo máximo de 90 dias para julgamento em segunda instância.

186. A Constituição Federal prevê que lei complementar disporá sobre regimes específicos de tributação do IBS para determinadas atividades. Sobre o regime específico para combustíveis e lubrificantes, analise os itens a seguir:

- I. O imposto incidirá uma única vez sobre combustíveis e lubrificantes, qualquer que seja a sua finalidade.
- II. As alíquotas serão uniformes em todo o território nacional, específicas por unidade de medida e diferenciadas por produto, admitida a não aplicação da regra de que cada ente fixará sua alíquota própria.
- III. Será vedada a apropriação de créditos em relação às aquisições dos produtos destinados a distribuição, comercialização, revenda ou consumo.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I, II e III.

187. Sobre o regime específico de tributação para serviços financeiros, na CF/88, é correto afirmar:

- a) Lei complementar não poderá prever alterações nas alíquotas.
- b) Lei complementar não poderá prever alterações nas regras de creditamento.
- c) Lei complementar poderá prever apenas alterações nas regras de creditamento e alíquotas.
- d) Lei complementar poderá prever alterações nas regras de creditamento, bases de cálculo e alíquotas.
- e) Lei complementar poderá prever apenas alterações nas regras de base de cálculo e alíquotas.

188. De acordo com o art. 156-B da Constituição Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exerçerão determinadas competências administrativas relativas ao IBS de forma integrada, exclusivamente por meio do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços. Assinale a alternativa que não corresponde a uma competência administrativa atribuída ao Comitê Gestor:

- a) Editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do imposto.
- b) Arrecadar o imposto, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) Decidir o contencioso administrativo.
- d) Fixar as alíquotas próprias de cada Estado e Município.
- e) Uniformizar a interpretação da legislação do IBS.

189. Sobre o financiamento, controle e fiscalização do Comitê Gestor do IBS, assinale a alternativa errada:

- a) O Comitê Gestor será financiado por percentual do produto da arrecadação do imposto destinado a cada ente federativo.
- b) O controle externo do Comitê Gestor será exercido pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- c) A fiscalização, o lançamento e a cobrança relativos ao imposto serão realizados, no âmbito de suas respectivas competências, pelas administrações tributárias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- d) As procuradorias dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios realizarão a representação administrativa e judicial relativos ao imposto, no âmbito de suas respectivas competências.
- e) O Comitê Gestor será financiado conjuntamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

190. A Constituição Federal define, em relação ao IBS, que lei complementar disporá sobre a forma de desoneração da aquisição de bens de capital pelos contribuintes, que poderá ser implementada por meio de:

- I – Crédito integral e imediato do IBS.
- II – Substituição tributária.
- III – Redução em 100% das alíquotas do imposto.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, apenas.
- e) I, II e III.

191. Sobre as hipóteses de não incidência do IBS, assinale a alternativa incorreta:

- a) O IBS não incide sobre o fornecimento de serviços por pessoas físicas em decorrência de relação de emprego com o contribuinte.
- b) O IBS não incide sobre doações sem contraprestação em benefício do doador.
- c) O IBS não incide sobre a comercialização de livros.
- d) O IBS não incide sobre as operações não onerosas.
- e) O IBS não incide sobre transferências de recursos públicos para organizações da sociedade civil sem fins lucrativos por meio de termos de fomento e colaboração.

192. Sobre o local da operação para fins de incidência do IBS, assinale a alternativa incorreta:

- a) O local da operação com bem móvel material é o local da entrega ou disponibilização do bem ao destinatário.
- b) O local da operação com bem imóvel é o local onde o imóvel estiver situado.
- c) O local da operação com serviço de transporte de passageiros é o local de início do transporte.
- d) O local da operação com serviço de transporte de carga é o local de início do transporte.
- e) O local da operação com serviço prestado fisicamente sobre a pessoa física é o local da prestação do serviço.

193. Sobre a base de cálculo do IBS, de acordo com a LC 214/25, assinale a alternativa correta:

- a) A base de cálculo do IBS é sempre o valor da operação, sendo vedada qualquer exclusão ou redução.
- b) A base de cálculo do IBS, em regra, é o valor da operação, incluindo-se em tal valor o montante do IBS e da CBS incidentes sobre a operação.
- c) A base de cálculo do IBS sobre concursos de prognósticos é a arrecadação total, com a dedução de premiações pagas e destinações obrigatórias por lei a órgão ou fundo público e aos demais beneficiários.
- d) A base de cálculo do IBS na importação de bens materiais é exclusivamente o valor aduaneiro.
- e) A base de cálculo do IBS poderá incluir valores que tenham permitido a apropriação de créditos em operações anteriores, gerando tributação em cascata.

2º Simulado Especial SEFAZ-RN (Auditor Fiscal de Receitas Estaduais) - 07/02/2026

194. De acordo com a Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta o IBS e a CBS, sobre os regimes de apuração desses tributos, assinale a alternativa correta:

- a) O regime regular do IBS e da CBS compreende apenas as regras gerais de incidência, excluindo-se aquelas aplicáveis aos regimes diferenciados e aos regimes específicos.
- b) Os contribuintes optantes pelo Simples Nacional ficam automaticamente sujeitos ao regime regular do IBS e da CBS, independentemente de qualquer opção.
- c) Os optantes pelo Simples Nacional poderão exercer a opção de apurar e recolher o IBS e a CBS pelo regime regular.
- d) A apuração relativa ao IBS e à CBS será realizada de forma individualizada por cada estabelecimento do contribuinte, vedada a consolidação.
- e) O período de apuração do IBS e da CBS será trimestral, conforme definido em regulamento.

195. A Lei Complementar nº 214/2025, ao tratar da operacionalização do IBS e da CBS, estabelece que:

- I. O Comitê Gestor do IBS e a RFB atuarão de forma conjunta para implementar soluções integradas para a administração do IBS e da CBS, sem prejuízo das respectivas competências legais.
- II. O contribuinte acessará as informações da apuração e do pagamento do IBS e da CBS em plataformas eletrônicas separadas, sendo uma administrada pelo Comitê Gestor do IBS e outra pela RFB.
- III. A plataforma eletrônica, que será unificada, disponibilizará canal de atendimento ao contribuinte para resolução de problemas operacionais relacionados à apuração e pagamento do IBS e da CBS.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I.
- b) II.
- c) I e III.

d) II e III.

e) I, II e III.

196. Segundo a LC 214/2025, sobre o documento fiscal eletrônico no âmbito do IBS e da CBS, é **incorreto** afirmar que:

- a) O sujeito passivo do IBS e da CBS, ao realizar operações com bens ou com serviços, inclusive exportações e importações, deverá emitir documento fiscal eletrônico.
- b) As informações prestadas pelo sujeito passivo no documento fiscal eletrônico possuem caráter declaratório e constituem confissão do valor devido de IBS e de CBS.
- c) A obrigação de emissão de documentos fiscais eletrônicos não se aplica às operações imunes, isentas ou contempladas com alíquota zero ou suspensão.
- d) Os documentos fiscais eletrônicos relativos às operações com bens ou com serviços deverão ser compartilhados com todos os entes federativos no momento da autorização ou da recepção.
- e) Considera-se documento fiscal idôneo o registro de informações que atenda às exigências estabelecidas no regulamento.

197. Nos termos da LC 214/2025, sobre o fato gerador do IBS e da CBS na importação de bens materiais, analise os itens a seguir:

- I. O fato gerador da importação de bens materiais é a entrada de bens de procedência estrangeira no território nacional.
- II. Presumem-se entrados no território nacional os bens que constem como tendo sido importados e cujo extravio venha a ser apurado pela autoridade aduaneira, inclusive quanto às malas e às remessas postais internacionais.
- III. Não constituem fatos geradores do IBS e da CBS sobre a importação os bens materiais que retornem ao País enviados em consignação e não vendidos no prazo autorizado.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I.
- b) III.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

198. Considerando os percentuais de devolução do IBS e da CBS previstos na LC 214/25, assinale a alternativa incorreta:

- a) O percentual de devolução será de 100% para a CBS e 20% para o IBS na aquisição de botijão de até 13 kg de gás liquefeito de petróleo.
- b) O percentual de devolução será de 20% para a CBS e para o IBS na aquisição de alimentos e bens de consumo em geral.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, por lei específica, fixar percentuais de devolução superiores aos previstos na LC 214/25.
- d) O percentual de devolução será de 100% para a CBS e 20% para o IBS nas operações envolvendo esgotamento sanitário.
- e) O percentual de devolução será de 100% para a CBS e 100% para o IBS nas operações de fornecimento domiciliar de abastecimento de água.

199. A respeito dos regimes diferenciados do IBS e da CBS previstos na LC 214/25, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os regimes diferenciados são estabelecidos pelos Estados e Municípios, podendo variar conforme a legislação de cada ente federativo.
- b) A realização de operações sujeitas a alíquota reduzida acarretará, como regra, o estorno integral dos créditos apropriados pelo contribuinte em suas aquisições.
- c) Os regimes diferenciados são instituídos de maneira uniforme em todo o território nacional, com a aplicação de alíquotas reduzidas ou com a concessão de créditos presumidos.
- d) Os dispositivos médicos não estão contemplados nos regimes diferenciados do IBS e da CBS.
- e) Os regimes diferenciados não aplicarão às operações de importação de bens e serviços neles previstos.

200. Acerca da redução em 30% das alíquotas do IBS e da CBS, prevista no art. 127 da LC 214/25, assinale a alternativa incorreta:

- a) A redução aplica-se à prestação de serviços por profissionais que exerçam atividades intelectuais de natureza científica, literária ou artística, submetidas à fiscalização por conselho profissional.
- b) Estão contemplados na redução os serviços prestados por advogados, arquitetos, engenheiros e médicos veterinários.
- c) A redução de alíquotas aplica-se à prestação de serviços realizada por pessoa física, desde que os serviços prestados estejam vinculados à habilitação dos profissionais.
- d) A união de diferentes profissionais previstos na lei, desde que a atuação de cada sócio seja na sua habilitação profissional, não impede a redução de alíquotas.
- e) A redução aplica-se aos serviços prestados por pessoa jurídica mesmo que esta tenha como sócio outra pessoa jurídica.

CONTABILIDADE AVANÇADA*Silvio Sande*

201. Uma empresa adquiriu uma máquina e registrou na contabilidade os seguintes dispêndios:

- Preço de aquisição: R\$ 100.000,00;
- Imposto de importação: R\$ 10.000,00 (não recuperável);
- Preparação do local: R\$ 20.000,00;
- Custo com materiais consumido na realização de testes de funcionamento: R\$ 10.000,00;
- Honorários dos técnicos que realizaram os testes: R\$ 12.000,00;
- Gasto com treinamento do pessoal para utilizar a máquina: R\$ 13.000,00;
- Vida útil estimada: 10 anos;
- Valor residual: R\$ 100.000,00.

De acordo com a NBC TG 27 - ATIVO IMOBILIZADO, o custo da máquina, ou seja, o valor contábil de registro inicial desse imobilizado, será de

- a) R\$ 100.000,00.
- b) R\$ 110.000,00.
- c) R\$ 130.000,00.
- d) R\$ 152.000,00.
- e) R\$ 165.000,00

202. Suponha-se que uma indústria de máquinas e equipamentos efetue, no dia 30 de abril de certo ano, a venda de um equipamento ao valor de R\$ 300 mil, a ser recebido 20 meses após a data da venda. Suponha-se, ainda, que, no valor de venda, haja juros implícitos de 1,0% ao mês. Nessa situação hipotética, sabendo-se que $1,01^{20}$ é aproximadamente igual a 1,22, o valor presente a ser reconhecido como receita de venda é

- a) inferior a R\$ 200 mil.
- b) superior ou igual a R\$ 200 mil e inferior a R\$ 210 mil.
- c) superior ou igual a R\$ 210 mil e inferior a R\$ 220 mil.
- d) superior ou igual a R\$ 220 mil e inferior a R\$ 230 mil.
- e) superior ou igual a R\$ 230 mil.

203. A Empresa Nordeste S/A., ao final de certo exercício social, dispunha das seguintes informações para realizar o teste de recuperabilidade de determinado ativo imobilizado.

As informações a seguir estão relacionadas a determinado ativo imobilizado de uma companhia aberta,

- valor justo: R\$ 410.000
- valor contábil: R\$ 400.000
- valor em uso: R\$ 380.000
- valor residual: R\$ 70.000
- despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda do ativo imobilizado: R\$ 15.000

Com base nos dados hipotéticos apresentados, é correto afirmar que o valor da perda por desvalorização do ativo em apreço é

- a) R\$ 0.
- b) R\$ 5.000.
- c) R\$ 20.000.
- d) R\$ 25.000.
- e) R\$ 35.000.

204. A Cia. XYZ S.A., durante o ano de 2025, obteve lucro de R\$ 200.000,00, dos quais distribuiu dividendos de R\$ 80.000,00, entre outros, para a Cia. ABC S.A., para a qual vendeu 40% de seu capital social em 2024. Considerando-se essas informações e sabendo que o investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial, pode-se afirmar que a Cia. ABC S.A., em 31/12/2025,

- a) reconheceu receita de dividendos no valor de R\$ 32.000,00.
- b) reconheceu receita de equivalência patrimonial de R\$ 48.000,00.
- c) reconheceu aumento da participação societária em R\$ 48.000,00.
- d) reconheceu um lucro de R\$ 32.000,00.
- e) teve seu Patrimônio Líquido aumentado em R\$ 32.000,00.

205. A Cia. Natal S/A detém a 80% do capital total da Cia Mossoró. As companhias apresentaram os seguintes balanços patrimoniais, encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Ativo	Cia. Natal	Cia Mossoró
Caixa	40.000,00	28.000,00
Banco	80.000,00	52.000,00
Títulos a receber	75.000,00	24.000,00
Ações da Cia. Rosa	40.000,00	
Imobilizado	90.000,00	31.000,00
Total	325.000,00	135.000,00
Duplicatas a pagar	98.000,00	48.000,00
Dívidas trabalhistas	32.000,00	19.000,00
Empréstimo	28.000,00	18.000,00
Capital	95.000,00	40.000,00
Reservas	72.000,00	10.000,00
Total	325.000,00	135.000,00

Após a consolidação do balanço patrimonial das duas companhias, pode-se afirmar que o valor da conta participação, de acionistas não controladores, em reais, é de

- a) 10.000,00.
- b) 20.000,00.
- c) 30.000,00.
- d) 40.000,00.
- e) 50.000,00.

CONTABILIDADE DE CUSTOS*Marcondes Fortaleza*

206. Os seguintes fatos aconteceram na INDÚSTRIA MAVIFOR:

- I. gasto com o IPTU do prédio onde funciona a empresa;
- II. perda anormal de matéria-prima no processo produtivo.

Nesse caso, de acordo com a terminologia aplicável à contabilidade de custos, os eventos descritos devem ser classificados, respectivamente, como

- a) custo e custo.
- b) despesa e custo.
- c) despesa e despesa.
- d) custo e despesa.
- e) Investimento e despesa.

207. Analise os itens a seguir, a respeito da classificação de custos em uma indústria.

- I. O custo fixo unitário não varia em função da quantidade produzida pela empresa.
- II. A energia elétrica consumida em processo produtivo, relativa a uma máquina utilizada na produção de apenas um produto e com medidor individualizado, é um exemplo de custo direto.
- III. O seguro do prédio onde funciona o escritório de contabilidade é um exemplo típico de custo indireto.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

208. Apresenta uma vantagem do método do custeio variável em relação ao método do custeio por absorção, exceto:

- a) Melhor para fins gerenciais/tomada de decisões.
- b) Identificação do relacionamento custo-volume-lucro.
- c) Impede que aumentos de produção que não correspondam a aumento de vendas distorçam o resultado.
- d) Operacionalização mais simples.
- e) Estoques formados a custos reais.

209. Analise as assertivas a seguir a respeito da Departamentalização:

- I. A departamentalização decorre de uma necessidade de organização administrativa e está relacionada à melhoria do rateio dos custos diretos de produção.
- II. Em um mesmo centro de custos podemos ter mais de um departamento.
- III. Os departamentos de serviços prestam serviços aos departamentos de produção.

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) I, II e III.

210. Julgue os itens seguintes a respeito da NBC TSP 34:

- I. Os principais usuários da informação de custos são os gestores, em sua tomada de decisão sobre a aplicação dos recursos que lhes são confiados. Por isso, em regra, demandam informações customizadas, no formato de relatórios de custos específicos.
- II. A identificação e segregação entre custos e perdas é necessária, pois as perdas não são atribuídas aos objetos de custos. Dessa forma, perdas por redução a valor recuperável, por indenizações, por catástrofes, entre outras de natureza assemelhada, devem ser consideradas como custos.
- III. Objeto de custo é a unidade na qual se apuram os custos, podendo ser usado para a acumulação dos custos e sua vinculação às entregas.

Está(ão) correto(s), apenas:

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e III.
- e) I, II e III.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Eduardo da Rocha

211. A legislação do IPVA do Estado do Rio Grande do Norte estabelece alíquotas diferenciadas conforme o tipo de veículo, sua destinação e a fonte de energia utilizada. Com base nessas disposições, assinale a alternativa correta:

- a) Os automóveis de passeio movidos a gasolina ou etanol sujeitam-se, como regra geral, à alíquota de 3%.
- b) As motocicletas com potência até 300 cilindrada, estão sujeitas à alíquota de 2% do IPVA.
- c) Os veículos automotores movidos a gás natural veicular (GNV) estão sujeitos à mesma alíquota

aplicável aos veículos elétricos, em razão do incentivo ambiental previsto na legislação.

- d) Os veículos automotores movidos a energia elétrica estão sujeitos à alíquota equivalente à metade da alíquota aplicável aos veículos convencionais da mesma categoria.
- e) Os caminhões, para fins de aplicação da alíquota de 1%, são definidos em função do tipo de carroceria ou da classificação comercial atribuída pelo fabricante.

212. No âmbito da legislação do IPVA do Estado do Rio Grande do Norte, analise as afirmativas a seguir relativas à repartição da receita, ao parcelamento de créditos tributários e à imputação de pagamentos:

- I. O produto da arrecadação do IPVA, incluídos os acréscimos moratórios, é partilhado igualmente entre o Estado e o Município onde estiver licenciado, inscrito ou matriculado o veículo.
- II. É admitido o parcelamento de créditos tributários decorrentes de infrações relacionadas à falsificação ou adulteração de documentos fiscais, desde que o contribuinte reconheça expressamente a infração e ofereça garantia suficiente ao crédito.
- III. Quando o crédito tributário for composto por imposto e acréscimos, o pagamento parcial realizado pelo contribuinte é imputado proporcionalmente a todas as rubricas que compõem o crédito, ainda que o contribuinte indique destinação específica do valor pago.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

213. A empresa Potiguar Veículos Ltda., estabelecida em Natal/RN, foi autuada pela fiscalização estadual por infração à legislação do IPVA, sendo regularmente cientificada da lavratura do auto de infração em 10 de março. Após analisar a autuação, a empresa decidiu efetuar o pagamento integral do imposto devido e da multa no dia 25 de março, antes de qualquer julgamento do processo administrativo. Com base na legislação aplicável, assinale a alternativa correta quanto ao percentual de redução da multa a que a empresa faz jus:

- a) Redução de 60%.
- b) Redução de 50%.
- c) Redução de 40%.
- d) Redução de 30%.
- e) Não é permitida a redução da multa.

214. João Henrique, residente em Mossoró/RN, importou diretamente para uso próprio um automóvel novo no mês de agosto de determinado exercício. No documento de importação, constam as seguintes informações:

- Valor do veículo: R\$ 120.000,00
- Imposto de Importação: R\$ 24.000,00
- Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): R\$ 14.400,00
- Imposto sobre Operações de Câmbio (IOF): R\$ 2.000,00
- ICMS incidente na importação: R\$ 28.800,00
- Outras despesas aduaneiras: R\$ 10.800,00

Considerando que o veículo se enquadra na alíquota de 3% do IPVA no Estado do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta quanto ao valor do IPVA devido por João Henrique no ano da importação.

- a) R\$ 6.000,00
- b) R\$ 1.800,00
- c) R\$ 2.500,00
- d) R\$ 2.400,00
- e) R\$ 3.000,00

215. A legislação do IPVA do Estado do Rio Grande do Norte prevê hipóteses distintas de isenção e de imunidade do imposto, conforme a natureza do veículo, sua destinação e a condição do proprietário. Com base nessas disposições, analise as afirmativas a seguir:

- I. As embarcações pertencentes a pessoa jurídica detentora de outorga para prestação de serviços de transporte aquaviário, bem como aquelas utilizadas em atividades de pesca industrial, artesanal, científica ou de subsistência, estão alcançadas pela imunidade do IPVA.
- II. São isentos os veículos automotores utilizados na categoria táxi, com capacidade para até sete passageiros, de propriedade de motorista profissional autônomo ou cooperativado, limitado a um veículo por proprietário.
- III. As aeronaves agrícolas e os veículos utilizados como ambulâncias, desde que não haja cobrança pelo serviço prestado, enquadram-se como hipóteses de isenção do IPVA previstas na legislação estadual.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

216. A Lei nº 12.217/25, que disciplina o serviço público de loteria no Estado do Rio Grande do Norte, prevê penalidades administrativas e multas aplicáveis aos infratores da legislação. Com base nessas disposições, assinale a alternativa correta:

- a) A aplicação da multa exclui a possibilidade de imposição de outras sanções administrativas, como suspensão ou cassação de credenciamento, por caracterizar bis in idem.
- b) A multa aplicada em razão de fraude, dolo, simulação ou falsificação corresponde a 60% do valor da importância devida pela exploração do serviço lotérico.
- c) A multa por embaraço ao exercício da fiscalização ou por descumprimento de obrigação acessória é fixada em percentual sobre o valor da exploração do serviço lotérico.
- d) O pagamento da multa no prazo de até dez dias, contado da notificação da exigência, autoriza a redução de 50% do seu valor, sem afastar a obrigação de cumprir a obrigação acessória ou de recolher a importância devida.
- e) A competência para aplicação das penalidades é atribuída diretamente ao Coordenador responsável pela administração da Loteria.

217. A Lei nº 12.217/25 disciplina aspectos institucionais e operacionais do serviço público de loteria do Estado do Rio Grande do Norte, incluindo a delegação do serviço, a destinação de recursos e a estrutura de apoio à sua gestão. Com base nessas disposições, analise as afirmativas a seguir:

- I. A definição do produto da arrecadação das modalidades lotéricas e da remuneração das permissionárias ou concessionárias depende do tipo de delegação adotado e deve constar nos respectivos editais de concorrência ou de credenciamento.
- II. Os valores dos prêmios não reclamados pelos apostadores contemplados, após o transcurso do prazo legal contado da data do sorteio, são destinados ao Tesouro Estadual.

III. A instituição de comitê para tratar de matérias inerentes ao serviço público de loteria possui natureza facultativa, caráter consultivo e depende de ato do Poder Executivo Estadual, que definirá suas atribuições e composição.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

218. A Escrituração Fiscal Digital (EFD) admite retificação pelo contribuinte, desde que observadas as condições e limites previstos no Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte. Com base nessas disposições, analise as afirmativas a seguir:

- I. A retificação da EFD deve ser realizada mediante o envio de novo arquivo digital, que substitui integralmente o arquivo anteriormente recebido pela administração tributária, não sendo admitido o envio de arquivo complementar.
 - II. A autorização concedida pela administração tributária para a retificação da EFD implica o reconhecimento da veracidade das informações prestadas e a homologação da apuração do imposto efetuada pelo contribuinte.
 - III. Não produzirá efeitos a retificação da EFD relativa a período de apuração que esteja sob ação fiscal ou cujo débito tenha sido enviado para inscrição em Dívida Ativa, quando a retificação importar alteração desse débito.
- Assinale a alternativa correta:
- a) Apenas a afirmativa I está correta.
 - b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 - c) Apenas a afirmativa II está correta.
 - d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
 - e) Todas as afirmativas estão corretas.

219. O Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte disciplina aspectos relevantes do regime de substituição tributária, inclusive quanto à responsabilidade, à legislação aplicável e às hipóteses de não incidência do regime. Com base nessas disposições, analise as afirmativas a seguir:

- I. A atribuição de responsabilidade ao substituto tributário afasta a responsabilidade do contribuinte substituído pelo cumprimento da obrigação tributária.
- II. O sujeito passivo por substituição tributária deve observar as normas da legislação tributária da unidade federada de origem do bem ou da mercadoria.
- III. Salvo disposição em contrário, o regime de substituição tributária não se aplica às operações interestaduais que destinem bens ou mercadorias a estabelecimento industrial fabricante do mesmo bem ou mercadoria.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

220. O domicílio tributário é elemento relevante para o cumprimento da obrigação tributária e para a definição da competência das autoridades administrativas. À luz do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa correta:

- a) Para a pessoa jurídica de direito privado, considera-se domicílio tributário o local da sede constante do contrato social, ainda que a atividade econômica seja exercida em outro estabelecimento.
- b) O comerciante ambulante ou feirante tem como domicílio tributário, preferencialmente, o local de sua residência habitual, independentemente de onde exerça suas atividades.

c) Tratando-se de pessoa física, o domicílio tributário restringe-se ao local de sua residência habitual, ainda que os atos ou fatos que deem origem à obrigação tributária ocorram em outro local.

d) No caso de produtor cujo imóvel esteja situado em território de mais de um Município, considera-se domicílio tributário aquele onde estiver localizada a sede da propriedade ou, na sua ausência, o Município onde se situar a maior área do imóvel.

e) O domicílio do fiador é definido de forma autônoma, podendo ser fixado em local diverso do domicílio do devedor originário, a critério da administração tributária.

221. Para fins de incidência do ICMS e de identificação do sujeito passivo, o Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte amplia o conceito de estabelecimento, atribuindo autonomia a determinadas situações em que a atividade econômica se desenvolve de forma itinerante ou desvinculada de um ponto fixo tradicional. À luz dessas disposições, assinale a alternativa correta:

- a) O veículo utilizado em comércio ambulante será considerado estabelecimento autônomo, ainda que a atividade esteja vinculada a estabelecimento fixo de contribuinte situado neste Estado.
- b) O veículo empregado na circulação de mercadorias sem destinatário certo, no território potiguar, por contribuinte estabelecido em outra unidade da Federação, é considerado estabelecimento autônomo para fins da legislação do ICMS.
- c) A captura de pescados realizada por meio de embarcação caracteriza estabelecimento autônomo apenas quando o proprietário estiver inscrito no cadastro de contribuintes do Estado.
- d) O veículo utilizado na prestação de serviço de transporte será considerado estabelecimento autônomo quando o proprietário estiver inscrito no cadastro de contribuintes deste Estado.
- e) O conceito de estabelecimento autônomo restringe-se às hipóteses relacionadas ao comércio ambulante exercido no território estadual.

222. O Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte prevê hipóteses específicas de não incidência do imposto, relacionadas tanto à natureza da operação quanto à destinação das mercadorias ou à condição do adquirente. Com base nessas disposições, analise as afirmativas a seguir:

- I. Não incide ICMS sobre as operações com impressos personalizados promovidas por estabelecimentos gráficos, desde que destinados a pessoa física ou jurídica que os adquira sob encomenda, diretamente do estabelecimento gráfico, para uso ou consumo exclusivo.
- III. Não incide ICMS sobre as saídas de mercadorias com destino a armazém geral, frigorífico ou depósito fechado situado no Rio Grande do Norte, para depósito em nome do remetente, bem como sobre o retorno dessas mercadorias ao estabelecimento depositante.
- III. A saída de mercadorias pertencentes a terceiro, realizada por estabelecimento de empresa de transporte ou de depósito, por conta e ordem do proprietário dos bens, não está sujeita à incidência do ICMS, inclusive quanto à prestação do serviço eventualmente realizada.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

223. Em operações internas realizadas no Estado do Rio Grande do Norte, três contribuintes praticaram as seguintes operações de venda:

- I. A loja Antiguidades Potiguar Ltda., contribuinte do ICMS, realizou a venda de um artigo de antiquário.
- II. O Supermercado Bom Grão Ltda., contribuinte do ICMS, comercializou feijão destinado ao consumo humano.
- III. A cafeteria Cápsula & Cia Ltda., contribuinte do ICMS, efetuou a venda de café acondicionado em cápsulas, pronto para consumo.

Considerando as regras de alíquotas previstas no Regulamento do ICMS do Rio Grande do Norte, assinale a alternativa que indica corretamente as alíquotas aplicáveis, respectivamente, às operações descritas nos itens I, II e III.

- a) 25%, 7% e 7%
- b) 25%, 7% e 20%
- c) 20%, 7% e 25%
- d) 27%, 7% e 20%
- e) 25%, 12% e 20%

224. Em determinadas situações, a legislação do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte autoriza a fixação da base de cálculo do imposto por meio de pauta fiscal, como forma de aproximar a tributação do valor de mercado da operação. Ao mesmo tempo, o regulamento define parcelas que não integram a base de cálculo do imposto e estabelece critérios para formação e contestação dos valores constantes na pauta. Com base nessas disposições, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os valores recebidos pelo contribuinte a título de juros, multas e atualização monetária decorrentes da inadimplência do cliente integram a base de cálculo do ICMS, desde que vinculados ao valor da operação original.
- II. Nos casos em que a base de cálculo do ICMS seja fixada mediante pauta fiscal, os valores nela constantes são apurados com base em levantamento de preços praticados no comércio varejista do Estado quando se tratar de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária.
- III. Havendo discordância quanto ao valor fixado em pauta fiscal, cabe ao contribuinte comprovar a exatidão do valor por ele declarado, hipótese em que esse valor prevalecerá como base de cálculo do imposto.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa II está correta.
- d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

225. O Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte disciplina tanto as modalidades de lançamento do imposto quanto as regras para apropriação do crédito fiscal pelos estabelecimentos contribuintes. Essas normas buscam equilibrar o controle fiscal com a sistemática não cumulativa do imposto. Com base nessas disposições, analise as afirmativas a seguir:

- I. O ICMS é apurado, como regra, pelo sistema de lançamento por homologação, não se admitindo que a legislação estadual submeta determinados contribuintes ou grupos de contribuintes ao sistema de lançamento por declaração.
- II. Constitui crédito fiscal do estabelecimento o imposto anteriormente cobrado nas aquisições de mercadorias para comercialização, inclusive material de embalagem, ainda que haja disposição legal em sentido contrário.
- III. Quando o imposto não estiver destacado no documento fiscal ou tiver sido destacado a menor, a utilização do crédito fiscal correspondente fica condicionada à regularização pelo remetente ou prestador, mediante emissão de documento fiscal complementar.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- c) Apenas a afirmativa III está correta.
- d) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA ESTADUAL*Rafael Rocha (Caverna)*

226. De acordo com a Lei nº 5.887/1989 (RN), em relação às multas e obrigações dos serventuários e outros no ITCD, marque a alternativa incorreta:

- a) São passíveis de multa de 200% do valor do imposto os tabeliões que lavrarem atos sem prova de pagamento do imposto.
- b) Serventuários da justiça devem facultar exame de livros e autos aos fiscais e fornecer certidões gratuitas para fins fiscais.
- c) É vedado lavrar, registrar ou averbar atos por tabeliões e oficiais de registro sem prova de pagamento do imposto.
- d) Cartas precatórias de outra unidade da federação para avaliação de bens no RN não serão devolvidas sem pagamento do imposto devido.
- e) Sociedades anônimas com sede no RN podem averbar transferência de ações sem prova de pagamento do imposto, desde que o imposto seja devido em outro estado.

227. De acordo com a Lei nº 5.887/1989 (RN), em relação às isenções do ITCD, marque a alternativa incorreta:

- a) São isentas as transmissões "causa mortis" relativas a bem imóvel de residência do cônjuge e filhos do "de cujus", desde que comprovem não possuir outro bem imóvel.
- b) São isentas as doações de bem imóvel destinado a empreendimento vinculado ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), uma única vez, observadas disposições em regulamento.
- c) São isentos os legados e doações a ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, quando feitos, comprovadamente, para residência própria, por uma única vez.
- d) São isentas a transmissão "causa mortis" e doação de imóvel destinado à própria residência, se o herdeiro, legatário ou donatário não possuir outro imóvel de idêntica finalidade.

e) São isentas a propriedade rural ou urbana de área superior ao módulo regional, quando adquirida por herança ou doação por trabalhador urbano ou rural que não possua outro imóvel.

228. De acordo com a Lei nº 5.887/1989 (RN), em relação ao fato gerador do ITCD, marque a alternativa incorreta:

- a) A transmissão "causa mortis" ocorre no momento do óbito ou da morte presumida do proprietário dos bens, nos termos da legislação civil.
- b) A doação inclui transmissão a título de antecipação de herança de valores ou bens, mas exclui atos de liberalidade que remunerem serviços economicamente estimáveis e judicialmente exigíveis.
- c) Considera-se doação qualquer ato de liberalidade, com ou sem ônus, denominado doação pura ou simples e sem encargos.
- d) Nas transmissões "causa mortis" e doações ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos forem os herdeiros, legatários ou donatários.
- e) O ITCD incide sobre a transmissão de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia.

229. De acordo com a Lei nº 5.887/1989 (RN), em relação ao local da operação para fins de incidência do ITCD, marque a alternativa incorreta:

- a) Tratando-se de bens móveis, títulos e créditos, o local da operação é sempre o domicílio do donatário, independentemente do domicílio do doador.
- b) Tratando-se de bens imóveis e respectivos direitos, o local da operação é o da situação dos bens.
- c) Tratando-se de bens móveis, títulos e créditos, o local da operação é onde era domiciliado o "de cuius" ou onde tiver domicílio o doador.
- d) Se o doador tiver domicílio ou residência no exterior, o local da operação é onde tiver domicílio o donatário.
- e) Tratando-se de bens do "de cuius" situados no exterior, o local da operação é onde este era domiciliado, ou, se domiciliado ou residente no exterior, onde tiver domicílio o sucessor ou legatário.

230. De acordo com a Lei nº 5.887/1989 (RN), em relação às deduções permitidas no cálculo do ITCD nas transmissões "causa mortis", marque a alternativa incorreta:

- a) Nas transmissões "causa mortis", serão deduzidos do valor dos bens do monte situados no Estado as despesas de funeral e inventário.
- b) São dedutíveis os débitos fiscais do "de cuius" anteriores ao óbito.
- c) São dedutíveis as despesas de funeral, inventário, débitos fiscais e dívidas passivas, mesmo que posteriores ao óbito do "de cuius".
- d) São dedutíveis as dívidas passivas do "de cuius" anteriores ao óbito.
- e) As deduções são feitas na mesma proporção que os bens situados no Estado representarem no montante do espólio.

PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

Rafael Rocha (Caverna)

231. De acordo com a legislação potiguar acerca do PAT, considere a seguinte situação: um auditor fiscal do Rio Grande do Norte é designado para fiscalizar uma empresa na qual seu tio é sócio minoritário. Durante o processo, o auditor identifica uma infração tributária e lavra um auto de infração. O contribuinte argui impedimento do auditor, alegando que isso compromete a imparcialidade. Considerando o decreto potiguar sobre o PAT, é correto afirmar que:

- a) Fica configurado o impedimento do auditor, pois, em que pese o parentesco até o terceiro grau não impedir a atuação do auditor de exercer atividade de fiscalização, ele veda a possibilidade de que o referido servidor lavre auto de infração contra a empresa.
- b) Não fica configurado o impedimento do auditor, porque a referida vedação só se aplica a julgadores, não a auditores na fase de fiscalização.
- c) Fica configurado o impedimento do auditor, apenas se houver prova de interesse econômico direto ou indireto, no caso concreto.
- d) Não fica configurado o impedimento do auditor, já que a vedação só se aplica para parentesco até o segundo grau.
- e) Fica configurado o impedimento do auditor, pois o parentesco até o terceiro grau impede a atuação do auditor, inclusive, de exercer atividade de fiscalização ou efetuar diligência junto a contribuinte

232. Os débitos fiscais referentes ao ICMS devido por contribuintes inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado, se provenientes de auto de infração, poderão ser recolhidos:

- a) em até 12 parcelas mensais e sucessivas.
- b) em até 24 parcelas mensais e sucessivas.
- c) em até 36 parcelas mensais e sucessivas.
- d) em até 48 parcelas mensais e sucessivas.
- e) em até 60 parcelas mensais e sucessivas.

233. Suponha que, em um julgamento de segunda instância no Conselho de Recursos Fiscais (CRF) do Rio Grande do Norte, haja empate na votação sobre a manutenção de um crédito tributário lançado por infração ao ICMS. O presidente do CRF vota pela manutenção, mas o contribuinte argui que decisões reiteradas do STF reconhecem a constitucionalidade da base de cálculo adotada. Aplicando os princípios de contraditório e verdade material do decreto, e considerando o papel das súmulas e o voto qualificado, qual é a resolução razoável para o caso, priorizando a jurisprudência superior sem ignorar a competência do CRF?

- a) O empate é resolvido pelo voto qualificado do presidente, mantendo o crédito, pois o CRF não pode examinar constitucionalidade, mesmo com decisões do STF.
- b) O empate favorece o contribuinte, anulando o crédito, já que o decreto prioriza a ampla defesa em casos de dúvida jurisprudencial.
- c) O empate é resolvido pelo voto qualificado, mas o CRF pode aplicar a decisão do STF se reconhecida como reiterada, reformando o lançamento.
- d) O empate resulta em novo julgamento, ignorando o STF, pois o decreto limita a competência do CRF a questões de legalidade infralegal.
- e) O empate mantém o crédito inalterado, sem aplicação do STF, enfatizando a celeridade e o formalismo moderado do processo administrativo tributário.

234. Um contribuinte apresenta impugnação parcial a um auto de infração de ICMS, reconhecendo expressamente 60% do crédito lançado e pagando à vista essa parcela com os acréscimos legais. O julgador de primeira instância, ao analisar o processo, verifica que a parte impugnada envolve discussão sobre a classificação fiscal de mercadoria. Considerando os efeitos da impugnação parcial e a suspensão da exigibilidade prevista no regulamento, assinale a opção correta:

- a) A impugnação parcial não suspende a exigibilidade de nenhuma parcela, devendo o contribuinte pagar integralmente para discutir o restante.

- b) A suspensão da exigibilidade atinge apenas a parte impugnada, permitindo a cobrança imediata da parte reconhecida e não paga.
- c) A impugnação tempestiva, mesmo parcial, suspende a exigibilidade de todo o crédito lançado, inclusive da parte reconhecida, até o julgamento final.
- d) O pagamento da parte reconhecida extingue a exigibilidade dessa parcela, mas a impugnação do restante suspende apenas o montante controvertido.
- e) A suspensão da exigibilidade é total, mas o julgador deve desconsiderar o pagamento parcial para evitar duplicidade de análise.

235. Durante o julgamento em segunda instância no CRF, o relator propõe a reforma integral do lançamento por entender que há erro grosseiro na determinação da natureza da infração. O colegiado, porém, diverge e mantém o lançamento por maioria simples. O contribuinte argui nulidade por violação ao princípio da verdade material. Considerando a competência dos julgadores e as vedações ao exame de legalidade/constitucionalidade, assinale a opção correta:

- a) A nulidade procede, pois o julgador deve sempre declarar nulidade liminar em caso de erro grosseiro, independentemente de maioria.
- b) Não há nulidade, pois cabe ao colegiado decidir por maioria, e o erro grosseiro só autoriza nulidade liminar em primeira instância.
- c) A nulidade procede, devendo ser declarada liminarmente pelo Presidente do CRF.
- d) O colegiado pode declarar a nulidade por erro grosseiro mesmo em segunda instância, mas apenas por voto qualificado do presidente.
- e) Não há nulidade, já que o regulamento veda ao julgador declarar nulidade por equidade ou por motivos não expressos na lei.

236. Em um processo de restituição de indébito tributário, o contribuinte comprova pagamento indevido de ICMS, mas a autoridade administrativa indefere o pedido por entender que o fato gerador ocorreu há mais de 5 anos, aplicando prescrição. O contribuinte alega interrupção da prescrição pela apresentação de consulta fiscal anterior sobre o mesmo tema. Considerando as regras de prescrição e os efeitos da consulta no regulamento, assinale a assertiva correta:

- a) A consulta fiscal interrompe a prescrição, reiniciando o prazo, pois suspende a exigibilidade durante sua tramitação.
- b) A consulta não interrompe nem suspende a prescrição, devendo o pedido de restituição ser analisado independentemente.
- c) A consulta suspende a prescrição apenas se versar sobre a mesma operação e for admitida, mas não a interrompe.
- d) A prescrição é afastada automaticamente pela consulta, aplicando-se o princípio da boa-fé objetiva do contribuinte.
- e) A consulta interrompe a prescrição somente se resultar em resposta favorável ao contribuinte, retroagindo ao protocolo.

237. Um auto de infração é lavrado contra sociedade empresária e também contra seu sócio-gerente por responsabilidade solidária. O sócio impugna apenas sua responsabilização pessoal, sem discutir o mérito do crédito. O julgador rejeita a impugnação por entender que a discussão deve ser conjunta. Aplicando as regras de impugnação e aproveitamento de defesa, qual é a solução correta?

- a) A impugnação parcial é inadmissível, devendo o sócio impugnar todo o crédito para discutir sua responsabilidade.
- b) A impugnação do sócio aproveita à sociedade para suspensão da exigibilidade, mas o julgamento da responsabilidade pode ser separado.
- c) A impugnação tempestiva do sócio suspende a exigibilidade para todos os responsáveis solidários, devendo o mérito ser analisado conjuntamente.

d) A impugnação isolada do sócio não suspende a exigibilidade do crédito principal, permitindo cobrança imediata da sociedade.

e) O julgador deve desmembrar o processo, julgando separadamente a responsabilidade do sócio para evitar prejuízo à ampla defesa.

238 De acordo com o Decreto nº 13.796/1998 (RPAT/RN), em relação à revelia e à nulidade do lançamento, marque a alternativa incorreta:

- a) Decorrido o prazo de impugnação sem cumprimento da exigência ou apresentação de impugnação, o autuado será considerado revel.
- b) Em caso de erro grosseiro na determinação da natureza da infração ou da pessoa do infrator, a autoridade julgadora pode declarar liminarmente a nulidade do lançamento e remeter os autos para novo lançamento.
- c) Havendo pendência de consulta fiscal previamente formulada pelo sujeito passivo sobre a matéria objeto da exigência, o prazo para impugnação conta-se da data da ciência da resposta à consulta.
- d) A revelia não impede a análise acerca do mérito, caso seja verificado erro de fato por ocasião do lançamento.
- e) A revelia acarreta automaticamente a nulidade do processo administrativo tributário a partir do lançamento.

239. Segundo o Decreto nº 13.796/1998 (RPAT/RN), a ação fiscal deve ser concluída:

- a) prazo de 60 (sessenta) dias corridos, prorrogável a critério da chefia imediata.
- b) prazo de 90 (noventa) dias corridos, prorrogável a critério da chefia imediata.
- c) prazo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, prorrogável a critério da chefia imediata.
- d) prazo de 60 (sessenta) dias corridos, improrrogáveis.
- e) prazo de 90 (noventa) dias corridos, improrrogáveis.

240. De acordo com o Decreto nº 13.796/1998 (RPAT/RN), em relação ao prazo para apresentação de impugnação e à contagem de prazos no processo administrativo tributário, marque a alternativa incorreta:

- a) O prazo para impugnação é de 30 (trinta) dias, contados da data da ciência da intimação do lançamento ou do auto de infração.
- b) Os prazos são contados em dias úteis, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento.
- c) Havendo pendência de consulta fiscal previamente formulada pelo sujeito passivo sobre a matéria objeto da exigência, o prazo para impugnação conta-se da data da ciência da resposta à consulta.
- d) Não exclui a espontaneidade a expedição, pela repartição fazendária, de ofício ou intimação anteriores ao início da ação fiscal, para regularização de situação fiscal do contribuinte.
- e) O prazo para impugnação poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias quando o lançamento envolver matéria complexa ou de alta especialização técnica.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNApSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>